

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE DIREITO**

LEIDJANE DE OLIVEIRA DAVID

O FEMINISMO NEGRO EM CRICIÚMA

**CRICIÚMA
2018**

LEIDJANE DE OLIVEIRA DAVID

O FEMINISMO NEGRO EM CRICIÚMA

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof.^a Fernanda da Silva Lima

CRICIÚMA

2018

LEIDJANE DE OLIVEIRA DAVID

O FEMINISMO NEGRO EM CRICIÚMA

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Direito Temático.

Criciúma, 09 de julho de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Fernanda da Silva Lima - MSc - UNESC - Orientadora

Prof. Lucy Cristina Ostetto – MSc - (UNESC)

Prof. Sara Araújo de Souza – Mestranda PPGD (UNESC)

Para as militantes que lutam contra o racismo,
e pela igualdade de gênero.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha vó materna Eliete dos Passos Cardoso que sempre acreditou que a educação é que pode mudar a estrutura social do cidadão, com isto sempre me incentivando a continuar os estudos, e a minha mãe Nadia Regiane de Oliveira por me apoiar nos momentos mais conturbados que passei para continuar prosseguindo no curso de Direito, e a minha prima Ketolin de Oliveira David por sempre me escutar quando eu precisava.

Agradeço a Maria Estela Costa da Silva presidente da primeira ONG de mulheres negras em Criciúma, que me forneceu material para eu poder falar sobre este feminismo negro que está ganhando seu espaço nesta cidade, e a minha orientadora Fernanda da Silva Lima que me indicou este tema para a pesquisa.

Agradeço a um amigo em especial, por me fornece um ambiente calmo e livre de distrações onde eu pudesse escrever o trabalho de conclusão de curso.

Agradeço imensamente a todos os meus amigos, principalmente a Franciele Andrade Ferreira, Alini Aparecida Cesconetto, Cláudia Albuquerque Cardoso pelo apoio e permanente incentivo.

E a todos que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento e elaboração deste trabalho durante esta minha trajetória no curso de Direito.

Minha luta diária é para ser reconhecida como sujeito, impor minha existência numa sociedade que insiste em negá-la. E, ao fazer isso, lutar coletivamente com outras mulheres para que possamos enfrentar o machismo e o racismo.

Djamila Ribeiro – A luta

RESUMO

O tema que foi escolhido tem como propósito entender o feminismo negro e as demandas das mulheres negras, fazendo um estudo das ações que o movimento feminista faz sob o viés da dupla opressão de gênero e raça. Se buscou compreender se as demandas que o movimento negro faz são articuladas e atendidas pelo governo, se a separação do feminismo tradicional ao feminismo negro foi necessária. Tendo com isso o objetivo de compreender o processo do surgimento do feminismo negro e seu aparecimento em Criciúma, buscou se com isso entender a busca de uma identidade negra rejeitada por muitos ao longo da história brasileira. Desta forma para o presente trabalho foi utilizado o método dedutivo, em pesquisa do tipo teórica e qualitativa, com emprego de material bibliográfico diversificado em livros, artigos de periódicos, teses e dissertações e, principalmente, por ser um assunto atual, por via de sites jornalísticos e até mesmo por blogs, com a finalidade de ajudar no entendimento do surgimento do feminismo negro. Será realizada a coleta e o estudo das atas das reuniões do movimento feminista negro de Criciúma SC, bem como do Regimento Interno para verificar sua estrutura, organização e as principais demandas por direitos enfrentadas.

Palavras-chaves: Discriminação. Feminismo negro. Movimentos Sociais. Racismo Sexíssimo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
PMC	Prefeitura Municipal de Criciúma
ONG	Organização não governamental

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 AS RELAÇÕES RACIAIS E A LUTA ANTIRRACISTA NO BRASIL.....	12
2.1 DO RACISMO CIENTÍFICO AO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: AS TEORIAS RACIAS EM ANÁLISE.....	12
2.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS NO BRASIL: ESTÁ LUTA TAMBÉM FOI DAS MULHERES?	18
2.3 A luta antirracista no século XXI e as ações afirmativas de igualdade racial.....	24
3 O FEMINISMO NEGRO ENQUANTO CAMPO TEÓRICO.....	31
3.1 DOS FEMINISMOS TRADICIONAIS: A HISTÓRIA DO FEMINISMO E A AUSÊNCIA DO DEBATE RACIAL.....	31
3.2 O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO NEGRO NO BRASIL.....	37
3.3 O FEMINISMO NEGRO ENQUANTO CAMPO TEÓRICO: DA LUTA ANTIRRACISTA CONTRA A INDIFERENÇA.....	42
4 DO MOVIMENTO AO FEMINISMO NEGRO EM CRICIÚMA.....	47
4.1 A HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO DE CRICIÚMA, A DESCOBERTA DO CARVÃO E A EXISTÊNCIA DO CONSELHO DE DIREITOS DA MULHER DE CRICIÚMA.....	47
4.2 A LUTA CONTRA O PENSAMENTO COLONIAL, A HISTÓRIA DO PRIMEIRO MOVIMENTO NEGRO DE CRICIÚMA, A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	51
4.3 Do movimento negro ao feminismo negro em Criciúma, visto a ata da assembleia geral o estatuto da ONG e a finalidade da MUNMVIN, que o feminismo negro busca alcançar?.....	55
6 CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo percorrer o caminho que os negros enfrentaram após a abolição em relação a discriminação racial, quando o estado permaneceu inerte em relação as estas pessoas que não possuíam terras e nem empregos para se subsistirem, e como do movimento negro surgiu o feminismo negro em Criciúma.

Este trabalho é composto por três capítulos: no primeiro capítulo será descrito a respeito das relações raciais, e o mito da democracia racial anexado ao racismo cordial que existe como um meio de controle na sociedade.

No segundo capítulo, será analisado a história do feminismo teórico tradicional ao feminismo negro, é estudado o surgimento do feminismo negro e sua trajetória ao longo da história brasileira.

No terceiro capítulo, será visto a respeito da colonização de criciúma, o primeiro movimento negro, e o surgimento da primeira ONG feminista negra nesta região.

A presente pesquisa tem como intuito, entender a trajetória do movimento negro até o surgimento do feminismo negro, e a luta constante contra a desigualdade, e o preconceito de cor.

Para o presente trabalho foi utilizado o método dedutivo, em pesquisa do tipo teórica e qualitativa, com emprego de material bibliográfico diversificado em livros, artigos de periódicos, teses e dissertações e, principalmente, por ser um assunto atual, por via de sites jornalísticos e até mesmo por blogs, com a finalidade de ajudar no entendimento do surgimento do feminismo negro. Será realizada a coleta e o estudo das atas das reuniões do movimento feminista negro de Criciúma SC, bem como do Regimento Interno, para verificar sua estrutura, organização e as principais demandas por direitos enfrentadas.

2. AS RELAÇÕES RACIAIS E A LUTA ANTIRRACISTA NO BRASIL

2.1 Do racismo científico ao mito da democracia racial: As teorias raciais em análise

Durante o século XIX, começou a surgir novas ideias e teorias para se definir a diferença entre as raças, estas aceitas e infundidas com o tempo na população ganharam cada vez mais o seu espaço na época, isto surgiu como um instrumento que classificava os diversos grupos humanos através da ciência, explicaram os motivos das desigualdades entre os seres humanos pela existência do conceito raça. (SANTOS; SILVA, 2018, pg. 255- 256)

Um das teorias exposta neste período foi que o tamanho do cérebro definiria as raças inferiores e superiores, com isso já se começava a ter explicações fundamentadas em teses do motivo da superioridade racial branca, a cor da pele não era o único motivo da suposta inferioridade do negro, características internas como o tamanho do cérebro era um fator que os diferenciava, pois, os brancos teriam o cérebro maior que os das outras raças consideradas inferiores. (PEREIRA; ALVARO; DANTAS, 2011, pg.144- 152)

O racismo científico surgiu durante o século XIX, período este que se estava tendo grandes transformações econômicas no capitalismo, trazendo com isso grandes modificações na classe burguesa, por um lado as condições de uma Europa que estava ocupando o núcleo do capitalismo industrial precisavam com isso de mão de obra, e o poder burguês estava consolidando sua dominação através desta crescente elevação de sua capital financeira. (POCHMANN, 2016, pg. 16-63)

Com todas estas transformações e a falta de mão de obras, junto as teorias que falavam sobre raças superiores na sociedade europeia, diversas ideias racistas já estavam sendo aceitas pela sua população, estes começaram a apoiar ou incentivar os pensamentos que procuravam legitimar as diferenças raciais, para se ter um meio de explorar os trabalhadores em geral os negros.

Estes pensamentos racistas, já se alastravam na sociedade como uma mazela, e faltava somente uma teoria abertamente aceita pela população, para discriminar claramente as pessoas consideradas inferiores, por estarem em uma suposta raça inferior, e a teoria que teve mais impacto sobre as raças não veio dos anatomistas, mas sim de uma das maiores mentes do século XIX, que foi de Darwin, como o livro as origens das espécies, que diz que a evolução muda as raças.

Charles Darwin (1809-1882) aparece com tamanho destaque durante a história, pois ele deu a chave para se pensar em um mecanismo que atue sobre os sistemas vivos, selecionando os mais aptos do processo de seleção natural, não passou despercebido para ele durante suas viagens, o fato de que a vida em suas variadas manifestações se integra de forma tão equilibrada com o meio físico. Observou que sobrevive justamente o detentor das melhores condições de adaptação ao seu meio ambiente, deste modo foi levado ao meio científico a teoria da evolução. (DOMINGUES; SÁ; CLICK, 2003, pg.11)

A teoria da evolução de Darwin surgiu após as inúmeras observações realizadas em sua viagem ao redor do mundo a bordo do Beagle, de 1831 a 1836. Por quase vinte anos, Darwin acumulou evidências e estudos sobre a mutação das espécies [...] Apesar do sucesso de seus textos sobre a viagem e de seus espécimes coletados (animais, vegetais, fósseis e minerais) e de sua convicção cada vez maior no processo de transmutação das espécies, Darwin demora a publicar seu pensamento sobre o tema. Receios sobre a recepção de sua teoria, que contrariava não apenas o conhecimento, mas também os valores sociais vigentes, e sua insatisfação acerca dos dados empíricos que poderiam corroborar suas ideias, além de alguns problemas particulares, fazem com que ele adie cada vez mais o aparecimento de suas conclusões sobre a evolução. Em 1859, finalmente, publica A origem das espécies, texto no qual a luta pela existência e a seleção natural são conceitos axiais. (FREZZATI JUNIOR, 2011, pg. 796)

A teoria da evolução tem em vista a origem das espécies por seleção natural ao meio ambiente, tendo-se a crença em que o mundo era vivo e mutável, que os seres vivos produzem seus filhos levemente diferente dos seus antecedentes, para melhor se adaptarem ao meio ambiente. Tornando deste modo mais aptos a resistirem ao processo de seleção natural, evoluindo e transmitindo seus melhores genes aos seus filhos, pois se não os seres vivos da fauna e flora que não se adaptassem, estariam em risco de desaparecimento nesse processo de seleção.

O que faltou para justificar o tratamento dado a diferentes tipos de pessoas apareceu, se a evolução pode trazer mudanças para as raças e espécies do mundo, o mesmo não se aplicaria aos homens. Muitos acreditavam que a lei de Darwin explicava claramente isto, a seleção natural decidiu quem era superior e inferior, com isto poderiam hierarquizar as raças em inferiores e superiores.

A razão central do racismo científico se deu pela utilidade da mão de obra, poder escravizar ou matar sem ser punido e ter o apoio da população ao praticar tais ações, era o que se buscava, as pessoas começaram a justificar seus atos

desumanos com a teoria de Darwin, que com as diferenças das raças, uns eram superiores enquanto outros eram inferiores, deste modo esses não tinham direitos de serem tratados iguais perante a sociedade.

O racismo era perpetuado com a ilusão de superioridade, pois o ser racista se acha superior a aquele a quem se compara, ele acredita que nasceu para mandar no outro, vendo o seu próximo como inferior e detentor de menos direitos, este nasceu para obedecer a ele, pois o racismo nada mais é do que o desprezo por uma pessoa diferente, às vezes não é devido às suas características, mas ao fato deste pertencer a um outro grupo.

O racismo apresenta-se, ao mesmo tempo, aberto e encoberto, em duas formas estreitamente relacionadas entre si. Quanto à forma individual, o racismo manifesta-se em atos de violência de indivíduos brancos que causam mortes, danos, feridas, destruição de propriedade, insultos contra indivíduos negros. Já com a forma de racismo institucional, aparece menos identificável em relação aos indivíduos específicos que cometem esses atos, mas não por isso menos destrutivo de vidas humanas. Origina-se no funcionamento das forças consagradas da sociedade, e recebe condenação pública muito menor do que a primeira forma. Dá-se por meio da reprodução de políticas institucionalmente racistas, sendo muito difícil de se culpar certos indivíduos como responsáveis. Porém, são os próprios indivíduos que reproduzem essas políticas. Inclusive, as estruturas de poder branco absorvem, em muitos casos, indivíduos negros nos mecanismos de reprodução do racismo. (LÓPEZ, 2012, pg. 127)

A teoria de Darwin se referia à vida da natureza biológica em nosso planeta, mas o que faltava para dar ênfase e alibi à discriminação racial, era uma teoria convincentemente aceita pela comunidade científica e a população, deste modo, aplicaram interpretações da evolução das espécies na espécie humana para justificar as atrocidades cometidas pelos racistas e dar fundamentos para as desigualdades sociais que se tinha.

Interpretações essas que usaram para explicar o meio social, essas ideologias racistas empregaram a lógica deste livro para impor de forma aberta sua discriminação em relação às raças nativas menos avançadas. Com isso os povos avançados, tinham a obrigação no seu ver, a dominar e explorar as populações atrasadas.

As pessoas que aceitavam estas justificativas para ocorrer estes tratamentos diferenciados na sociedade, ficaram conhecidas como Darwinistas sociais, pois conforme a evolução se tem os vencedores e perdedores, os seres humanos são por natureza desiguais, a vida na sociedade humana é uma luta

natural pela vida, portanto era normal que os vencedores tivessem riquezas, sucesso, e acesso ao poder social, enquanto os perdedores fossem escravizados, ou morressem mais cedo deixando menos descendentes. (BOLSANELLO, 1996, pg. 153-160)

Esses pensamentos racistas também chegaram ao Brasil, em torno do final do século XIX por influência dos europeus, o discurso sobre as diferenças inatas e hereditárias, de natureza biológica. O racismo surge, portanto, como doutrina científica, logo quando se aproximava a abolição da escravidão, e a igualdade forma seria estabelecida entre todos os brasileiros. (GUIMARÃES, 2004, pg. 10-13)

No final do Século XIX as Teorias Raciais vão ser introduzidas de forma intensa dentro do mundo intelectual brasileiro. O interessante é imaginar que esses pensamentos racistas, vão surgindo exatamente no fim do regime escravista brasileiro, servindo assim como combustível para alimentar e dar continuidade as diferenças sociais impregnadas na sociedade brasileira, desde a colonização. Além de nutrir a falta de oportunidade para os ex-escravos, deixando-os a mercê da criminalidade e dos “subempregos”. É consenso que essas ideias racistas vão surgir na Europa indo na contra mão do pensamento de igualdade, liberdade e fraternidade que estavam em voga desde a Revolução Francesa e que inspiraram movimentos libertários em todo mundo. (SILVA; SANTOS, 2012, pg. 01)

Durante o final do século XIX, a escravidão foi uma questão que estava sendo tratada por alguns como um empecilho que estava atrapalhando o desenvolvimento econômico do país, além disso, estava dificultando a imigração europeia, com o fim da escravidão o problema que surgiu foi o que fazer com os negros e seus descendentes, vistos estes como uma raça inferior, o problema se tornou tão sério que se acreditava que com a entrada maciça de imigrantes europeus, e a ausência de inclusão dos negros, a população brasileira ao longos dos anos começaria a embranquecer. (SANTOS; SILVA, 2018, pg. 254)

O Brasil que tinha aceito as teorias racistas que classificava seres humanos como civilizados “superiores” e selvagens “inferiores”, tem atualmente 130 anos desde que foi aplicada a sua lei Aurea. Mas isto não é satisfatório para desatar uma cadeia de eventos problemáticos devido à raça e às decorrentes complicações de discriminações feitas a partir de 300 anos de escravidão. (BASTOS, 2018)

A questão do embranquecimento da população se deu devido à presunção da superioridade da raça branca, a dita raças mais adiantada e o fato de se ter muitos negros conhecidos como uma raça inferior preocupava os líderes da sociedade naquela época. Com isso, se juntasse as duas raças, a população negra diminuiria progressivamente em relação à branca, a miscigenação com o tempo produziria uma raça mais clara, porque se acreditava que o gene branco era o mais forte, e as pessoas tende-se a procurar parceiros de cores mais claras. (SKIDMORE, 2012, pg. 81)

A ideia do branqueamento presente com o processo da miscigenação, trouxe ao Brasil uma construção de identidade nacional para a sociedade, fundamentada na herança europeia, negando quaisquer pensamentos de se pensar em algo diferente como a existência da identidade negra. (MUNANGA, 2004).

Com isso surgiu uma nação mestiça, configurada no triângulo cujos os pontos são as raças negra, branca e índia, desta forma lentamente foi surgindo o mito da democracia racial, a ideia de convivência harmoniosa entre pessoas de camadas sociais e grupos étnicos diferentes, permitindo que as elites dominassem e dissimulassem as desigualdades aos membros não brancos, que não tinham a consciência dos sutis mecanismos de exclusão social das quais são vítimas. O mito da democracia racial está profundamente penetrado na sociedade, pois encobre de forma única os conflitos “raciais” e as desigualdades nos diferentes campos da sociedade, bem como facilita a alienação da população que é atingida por este mito. (MUNANGA, 2004, pg. 89)

[...] a democracia racial não é verídica, podemos afirmar que no período pós-escravidão, os negros e seus descendentes continuaram com o status diferente em relação aos brancos, pois é de fato que a população branca “sempre” viveu superior aos negros. Com isso, após a abolição, estes que até então já eram “pertencentes” ao Brasil, passaram a ser largados pelo governo, que os deixou sem trabalho digno e sem moradia. (SILVA; SANTOS, 2012, pg. 05)

O mito da democracia racial, é um poderoso elemento que age como forma de controle, orientação, incentivo ou dominação, os negros e pardos serão os trabalhadores que exercerão a força braçal no sistema social hierarquizado, ou seja, em um país com uma história de revoluções, estas sendo brancas, tem que ter a conciliação entre as raças e uma reforma no sistema, existindo com isto, a

democracia racial, e o homem que é cordial, não expõem seu racismo abertamente. (IANNI, 2004, pg. 159- 160)

Nos anos 1950, a palavra de ordem que encontramos ainda era a seguinte: a cor é apenas um acidente. Somos todos brasileiros e por um acidente temos diferentes cores; cor não é uma coisa importante; “raça”, então, nem se fala, esta não existe, quem fala em raça é racista. (GUIMARÃES, 2008, pg.72)

Uma das maiores provas da discriminação racial na sociedade, é que teve que deixar bem explícito na Constituição Federal de 1988, que racismo é crime. Diz o artigo 5º, inciso XLII: A prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Fatores formaram o mito da democracia racial, e muitos brasileiros acreditam neste mito enxergando o Brasil como um país que prioriza a igualdade, não julga mais seu próximo devido a cor, pois como se escuta por diversos lugares “somos todos brasileiros”, mas se sabe que infelizmente esta não é a verdade na sociedade brasileira, pois a estrutura social está diretamente ligada a cor da pele, a raça é um fator que constitui critério seletivo no acesso à educação de qualidade e a bons trabalho, a cor passa a se tornar marca decisiva limitando ou possibilitando a ascensão social (HASENBALG, 2005).

O mito da democracia racial pode ser compreendido como uma corrente ideológica que contribui para negar a desigualdade social e racial existente entre brancos e negros no País. O mito serve como um subterfúgio de afirmação de que no Brasil todas as pessoas de todos os grupos raciais estejam em situação de igualdade no acesso aos serviços, políticas públicas, educação, moradia, emprego, e outros, (LIMA, 2015, pg.124)

No Brasil existe uma negação por partes de muitos sobre a existência do preconceito em relação ao negro, mas de fato ocorre que mesmo ocorrendo a substituição de um regime escravocrata, a sociedade de classes não foi capaz de mudar muito com o passar de todos esses anos, o negro é muitas vezes visto como o subalterno, e a cor é vista como símbolo social e referência de comportamentos e hábitos.

“Nós brasileiros”, dizia-nos um branco, “temos o preconceito de não ter preconceito. E esse simples fato basta para mostrar a que ponto está

arraigado no nosso meio social". Muitas respostas negativas explicam-se por esse preconceito de ausência de preconceito, por essa fidelidade do Brasil ao seu ideal de democracia racial. [...] É verdade que esse ideal de democracia impede as manifestações demasiado brutais, disfarça a raça sob a classe, limita os perigos de um conflito aberto. Se a isso acrescentarmos certa bondade natural do brasileiro, o hábito adquirido há séculos de viver com os negros e, mesmo, por vezes, uma certa displicência, compreenderemos melhor que o preconceito não se exprima abertamente, mas de um modo sutil ou encoberto. (BASTIDE; FERNANDES, 2008, pg.155)

Atualmente, muitos cidadãos brasileiros independentes de sua escolarização, acreditam firmemente que o racismo racial foi superado no Brasil, que está concepção já deixou de existir, e que a igualdade foi bem difundida nesse país, no entanto se observa que o racismo racial existe em nossos dias, de forma camuflada e visto por muitos como atitudes inocentes, sendo o preconceito encoberto através da palavra de cordialidade.

O racismo é perpetuado ao longo da história do Brasil, faz-se importante salientar que entre nós nunca houve, após o período escravagista, um sistema racial repressivo institucionalizado. O Estado brasileiro fomentou e absorveu o princípio hegemônico e universalista da miscigenação como forma sui generis de convivência harmônica e igualitária entre as raças que formaram a nação, em que o racismo fica obscurantizado pelo caráter de relações cordiais entre os indivíduos, da miscigenação e da não existência de conflitos abertos ou mesmo de políticas separatistas promovidas pelo governo. (RODRIGUES; PRADO, 2010, pg. 449)

Para amenizar as divergências de tantas culturas diferentes vivendo em um mesmo território e evitar os conflitos raciais, criou-se o mito da democracia racial, que alegava a convivência pacífica entre brancos e negros, ambos se respeitando e aceitando suas diferenças.

2.2 Os movimentos sociais negros no Brasil: esta luta também foi das mulheres?

O movimento negro é a luta dos negros para resolver os problemas que estão na sociedade, principalmente os preconceitos e a discriminação racial, que marginaliza estes no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural, no movimento negro algo que os identifica é sua identidade racial, que é utilizada como seu elemento de mobilização nas reivindicações políticas, a raça é

um fator determinante na organização dos negros em torno de um projeto comum de ação. (DOMINGUES, 2007, pg. 101-102)

O movimento negro são todas as entidades de qualquer gênero, são as ações que a qualquer momento visam à autodefesa física e cultural da raça negra, fundadas e promovidas por estas pessoas, há suas instituições religiosas, como os terreiros do candomblé, suas atividades com recreação, por exemplo, como os clubes negros, lá grupos artísticos como capoeira, tetro, dança, grupos culturais, políticos, e há as ações da mobilização política que lutam contra a discriminação, há os movimentos artísticos, folclóricos e literários, todas estas coisas, abertas ou encobertas, compõe o movimento negro. (SANTOS, 1994, pg. 157)

No período do pós-Abolição (transição do século XIX para o XX), os negros criaram diversas associações em São Paulo: grêmios recreativos, sociedades cívicas e beneficentes. A maioria delas possuía estatuto e era conduzida por um presidente, auxiliado por uma diretoria escolhida através de eleições. As associações negras mantinham uma ativa vida social, muitas delas se reuniam diariamente. A maioria tinha como eixo central de atuação garantir o lazer de seus afiliados, principalmente por meio dos bailes dançantes. As associações negras cumpriam, fundamentalmente, o papel de produtoras de uma identidade específica, de um “nós”, negros, em oposição a “eles”, brancos. (DOMINGUES, 2006, pg. 348)

A ideia de raça, nada mais é do que as diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, foi construída na humanidade pelas referências da estrutura biológicas de diversos grupos. As relações entre as pessoas são fundadas neste conceito, produzindo com o tempo diversas identidades, as negras, mestiços, índios, brancos, bem como redefiniu muitas outras, as relações raciais se formaram com o motivo de dominação, tais identidades são associadas à hierarquia social, determinando o espaço e o papel que cada um terá na sociedade, como se fosse uma característica determinante, por ora, surge com isto padrões de dominação de raças, relações de superioridade e inferioridade. (QUIJANO, 2005, pg. 230)

O movimento negro no Brasil surgiu da necessidade de lutar contra o sistema infundido contra as pessoas de cor escura, este movimento surgiu de forma precária e clandestina seus indícios demonstram que surgiu por volta do período colonial escravocrata. Nessa época já existia pessoas corajosas que se oporam ao sistema inserido no país, entre eles existe um ser considerado um grande personagem conhecido como Zumbi dos Palmares, que lutou e se rebelou contra a escravidão, sendo este o líder do Quilombo dos Palmares, comunidade formada por

escravos fugitivos das fazendas. Nestes lugares os negros viviam livres e produziam tudo que era necessário para sua sobrevivência. (ARAUJO, 2015, pg. 09-23)

No ano de 1888 ocorreu a proclamação da lei Áurea, “ libertando ” os escravos de sua escravidão, e no ano seguinte foi anunciado o surgimento da República Brasileira. Com todos estes eventos simultâneos não houve ganhos materiais ou simbólicos para a raça negra, estes sofriam marginalizações da sociedade seja social ou psicológica, em face de preceitos como o racismo científico ou as teorias do embranquecimento, e ficavam sem empregos devido as preferências de contratação de imigrantes europeus. (ANDREWS, 1998)

Quando a princesa Isabel assinou a lei Áurea em 13 de maio de 1888, abolindo a escravidão, ela só se esqueceu de um detalhe, o que estas pessoas fariam para sobreviver. Não foi lhe dado terras, empregos ou subsídios necessários para sua existência, estes tiveram que ir habitar guetos, favelas, e comunidades como forma de proteção em razão da discriminação e falta de oportunidades. Os preconceitos e estereótipos sociais continuavam a acossar os negros, esses eram escravos, mas agora são homens livres e precisam lutar contra o preconceito racial e a desigualdade social anexado a marginalização.

Mesmo que o país não tenha criado políticas públicas para a população negra, o estado segregou e perseguiu os negros pelo sistema penal, crimes por pratica capoeira, vadiagem, e sua religião, os grupos negros sofrem com isto no respectivo período um duplo processo de segregação racial, seja por serem negros e pobres.

[...] o controle social da população negra era estratégia do próprio Governo Federal. Constata-se que o controle também foi duramente exercido via sistema penal, que, sob a vigência do Código Penal de 1890, criminalizou e puniu os crimes de ‘capoeira’ e ‘vadiagem’⁷⁴, apenas para citar de exemplo. Em linhas gerais, estas práticas eram exercidas por negros, a primeira, em decorrência de sua cultura (arte, dança) e a segunda, em razão da falta de condições socioeconômicas impostas pelo próprio Estado. (LIMA, 2015, pg.128)

Os imigrantes europeus que vieram ao Brasil concentraram-se nos setores de maiores ativos da sociedade. As desigualdades que isto trouxe às raças diferentes não deve ser apenas por causa dos diferentes pontos de partida, mas também com o fato de ter havido diversas oportunidades desiguais no momento pós abolição. (THEODORO, 2008)

A mão de obra estrangeira foi largamente usada no Brasil do período aumentado ainda mais a falta de oportunidade dos recém-libertos e seus descendentes. De modo geral os salários pagos aos trabalhadores estrangeiros eram bem baixos, mas isso não impediu que cerca de 3,8 milhões desembarcassem no Brasil até o fim da Primeira República tanto para o trabalho no campo, como para o trabalho nas indústrias que começavam a surgir no Brasil. (SILVA; SANTOS, 2012, pg. 03)

Para mudar esta situação os negros começaram a se reunir, e criar uma mobilização racial em alguns estados do Brasil, criaram associações ou clubes, com o intuito de discutir os males que sofriam e afetavam sua população no âmbito de trabalho, moradia, educação ou saúde, pensavam em métodos de solucionar o racismo no país, criaram seu próprio jornal que denunciava a segregação racial, que ocorria em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou em determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas. Mas foi com o nascimento do Movimento negro unificado (MNU) que a situação começou a mudar para a população negra. (DOMINGUES, 2007, pg. 105-112)

O nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações antirracistas em escala nacional. [...] Pela primeira vez na história, o movimento negro apregoava como uma de suas palavras de ordem a consigna: “negro no poder! ”. [...] A data de celebração do MNU passou a ser o 20 de Novembro (presumível dia da morte de Zumbi dos Palmares), a qual foi eleita como Dia Nacional de Consciência Negra. Zumbi, aliás, foi escolhido como símbolo da resistência à opressão racial. Para os ativistas, “Zumbi vive ainda, pois a luta não acabou”. O movimento negro organizado, com suas reivindicações específicas, adquiriu certa visibilidade pública. (DOMINGUES, 2007, pg. 115)

Para se entender o movimento negro no Brasil, tem que se saber que três forças foram importantes ao longo da história brasileira, conforme diz (LIMA, 2015, pg. 126) “ das três principais forças coletivas ou movimentos sociais que tiveram expressão em praticamente todo o território nacional no combate antirracista ao longo do século XX; são eles: a Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro e o Movimento Negro Unificado. Muito embora estes três movimentos tenham sido criados em contextos históricos diferenciados, e não coexistiram necessariamente, a pauta comum dos três está atrelada à busca por melhores

condições de vida dos grupos raciais negros, que enquanto luta coletiva denunciavam o contexto de marginalização e exclusão pelo qual viviam os negros no Brasil. ”

A Frente Negra Brasileira (1931-1937) é também mais um exemplo. Essa associação de caráter político, recreativo e beneficente surge, em São Paulo, no período pós-abolição, com intenções de se tornar uma articulação nacional. Composta por vários departamentos também promovia a educação e o entretenimento de seus membros, além de criar escolas e cursos de alfabetização de crianças, jovens e adultos. Em 1936, transformou-se em partido político. Porém, o decreto de 1937 assinado por Getúlio Vargas, que colocava na ilegalidade todos os partidos políticos, acabou ocasionando sua extinção. (GOMES, 2011, pg. 140)

Durante o século XIX e uma grande parte do século XX, os meios de comunicação, como jornais e revistas publicaram assuntos com o intuito de discutir sobre a vida da população negra, foi através desse meio que muitos ficaram a par das denúncias e o tratamento desigual conferido aos cidadãos livres negros, destaca-se como preocupações centrais nas páginas de “O homem de Cor” e “O Crioulinho” os primeiros jornais dessa imprensa cidadã antirracista que denunciava os feitos dos atos praticado contra os negros. (AZEVEDO, 2005, pg.303)

No início destes movimentos sociais, a maioria das mulheres negras tem um papel secundário. Participam da estruturação dos grupos, realizam tarefas para sua manutenção e executam atividades de enfrentamento ao racismo. Apesar de todo o trabalho que faziam, não lhes cabia o papel da representação política nos eventos. O caráter machista da sociedade e presente no movimento social negro, não as permitia ter representação nesses movimentos sociais negros. (FONTOURA, 2004, pg.131)

Naquela época, as mulheres negras não tinham apenas importância simbólica no movimento negro. Segundo depoimento do antigo ativista Francisco Lucrécio, elas “eram mais assíduas na luta em favor do negro, de forma que na Frente [Negra] a maior parte eram mulheres. Era um contingente muito grande, eram elas que faziam todo movimento”. Independentemente do exagero de Lucrécio, cumpre assinalar que as mulheres assumiam diversas funções na FNB. A Cruzada Feminina, por exemplo, mobilizava as negras para realizar trabalhos assistencialistas. Já uma outra comissão feminina, as Rosas Negras, organizava bailes e festivais artísticos. ” (DOMINGUES: 2007, pg. 106)

As meninas e mulheres negras desta época eram designadas a trabalho doméstico, elas não eram educadas, a educação era destinada a jovens brancos, mas com o fim da escravidão os homens e mulheres negras não ganharam o acesso a uma vida digna, as atividades domésticas ofertadas, eram onerosas, mal remuneradas, que exigiam apenas uma formação prática, não intelectual. Os negros ainda não estavam conseguindo direitos básicos, como o direito a educação e saúde. As mulheres negras viviam em prol do ambiente doméstico branco, pois não tinham tempo para criar seus filhos, porque para sobreviver trabalhavam como domésticas ou babas, da classe média, que lutava pela emancipação política e social. (HENRIQUES, 2017, pg. 154)

Com o fim da escravidão, os homens negros foram excluídos do mercado de trabalho formal (ou incluídos marginalmente). Nesse contexto, o estrato feminino da população de “cor” teve, “em bloco, condições favoráveis de transição mais ou menos estável para o novo estilo de vida”[...] (. Na verdade, as mulheres negras não assumiam ocupações ideais ou compensadoras; elas tinham que se contentar com os empregos de domésticas, principalmente junto às “famílias tradicionais”. Submetidas a um regime de exploração, as mulheres negras ainda tinham que cuidar dos filhos, manter o cônjuge (ou amásio), comprar os mantimentos, pagar o aluguel, enfim, arcar com as despesas domésticas. (DOMINGUES, 2006, pg. 355)

Como se observa, no começo do movimento negro a mulher negra não tinha voz, pois era um mundo masculino e patriarcal. Apesar das diferenças raciais, este pensamento era predominante, a mulher negra no início servia mais como um apoio, ajudava com as atividades de manutenção e organização, mas quem se pronunciava perante a sociedade era o homem negro, apesar desta ser muitas vezes a mais frequente nestes encontros, o seu papel mais era realizar trabalhos assistencialistas.

Os jovens negros se reuniam para protestar e tentar alertar o governo das mazelas que a sociedade negra enfrentava com o alto preconceito racial e os problemas sociais existentes, pois o estado permaneceu inerte no momento em que houve a transição de escravo para homem livre aqui, negros e mulheres necessitam lutar para a implementação de políticas públicas e programas que ampliem sua participação em posições estratégicas do mercado de trabalho, em paralelo à crítica feita à sociedade que os inferioriza, as desigualdades entre negros e brancos teve uma configuração institucional. (SILVÉRIO, 2002, pg. 220- 222)

O racismo institucional não se expressa em atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação, como poderiam ser as manifestações individuais e conscientes que marcam o racismo e a discriminação racial tal qual reconhecido e punido pela constituição brasileira. Ao contrário, atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam na distribuição desigual de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial. Ele extrapola as relações interpessoais e instaura-se no cotidiano organizacional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas, gerando de forma ampla desigualdades e iniquidades. (LOPEZ, 2013, pg. 81)

Deste modo, foi planejado e posto em prática em 1995 em Brasília. Marcha do Zumbi, que foi um dos fatos políticos mais formidável do movimento negro contemporâneo. Isto de certa forma obrigou e despertou o governo a necessidade de implementar políticas públicas, destinadas aos negros como forma de incluir estes nos campos sociais. (RIOS, 2012, pg. 42- 65)

No ano de 1995, em comemoração ao tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, as diversas organizações do movimento negro brasileiro organizaram a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada no mês de novembro, em Brasília. O evento reuniu mais de 20 mil pessoas e contou com o apoio de várias organizações de esquerda que, naquele momento, estabeleceram um pacto político de participarem da luta antirracista. Como resultado dessa mobilização, foi entregue ao então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, que apresentava um diagnóstico identificando a situação social, econômica, educacional e política da população negra, no Brasil. O documento exigia uma posição do governo brasileiro diante da necessária superação do racismo. (GOMES, 2011, pg.142)

A partir desse momento o governo para de agir de forma desentendida e demonstra um pouco mais de interesse em cumprir de forma efetiva as leis de acordo com os órgãos de Direitos humanos, cumprindo assim as resoluções que foram determinadas internacionalmente

2.3 A luta antirracista no século XXI e as ações afirmativas de igualdade racial

Nas últimas décadas, discussões com temas antirracista são muito presentes na sociedade, lutas por direitos culturais ou políticas afirmativas, visando reabilitar grupos sociais discriminados, ganham cada vez maior visibilidade, tornando se as vezes os principais temas nos grupos de debate. As lutas destes

grupos são por reconhecimento social e por uma ação estatal que combata a discriminação racial e favoreça a igualdade permitindo a convivência entre as culturas e etnias diferentes de forma igual. (NEVES, 2005, pg. 81)

No século XX, com o avanço das ciências biológicas e genéticas, os estudiosos deste campo chegaram à conclusão de que a raça como realidade biológica não existe, pois os marcadores genéticos de uma determinada raça poderiam ser encontrados em outras e, portanto, experiências genéticas comprovaram que: pretos, brancos e amarelos não tinham marcadores genéticos que os diferenciavam enquanto raça. (SCHUCMAN. 2010, pg. 44)

Deste modo, sabe-se que mesmo que a genética diferencie os humanos na aparência, somos todos da mesma raça, no entanto, com tudo isso é muito normal se escutar e dizer para os diversos grupos existente o termo raça sociologicamente, pois a ideia de raça ainda sobrevive no cotidiano, e o racismo que o movimento negro luta nada mais que é discriminar as pessoas devido sua aparência e traços considerados de origem africana, anexando tudo isso ao ter uma pele escura, isso muitas vezes interfere no destino social do cidadão dentro da sociedade brasileira.

O fato de os estereótipos negativos estarem diretamente associados à cor e raça negra fez também com que os brasileiros mestiços e grande parte da população com descendência africana não se classificassem como negros, gerando um grande número de denominações para designar-se as cores dos não brancos, como por exemplo: moreno, pessoa de cor, marrom, escurinho, etc. Desta maneira, essa forma de classificação eliminou a identificação dos mestiços com a negritude e fez com que estes não se classificassem como negros, bem como ajudou que permanecessem intactas todas as estereotípias e representações negativas dos negros. (SCHUCMAN. 2010, pg. 46)

Este sendo um país que combina de forma nefanda a inclusão cultural com a exclusão social, sendo dois lados de uma mesma moeda. Se escuta em diversas situações quando se fala de exclusão social, que isto deixou de existir todos são tratados iguais e não há leis discriminatórias em nossa constituição. De fato, se for avaliado, se pode concluir que não se tem o apartheid na lei, isso nos demonstra que não temos leis discriminatórias, isto é um elemento que se fala muito a favor da sociedade brasileira.

A política de apartheid, ou segregação, foi institucionalizada na África do Sul em 1948 e legitimou um sistema totalitário de discriminação racial, espacial,

jurídico, político, econômico, social e cultural. [...] O apartheid impediu o acesso dos negros à propriedade da terra e à participação política e obrigou-os a viver em zonas residenciais segregadas. (RODRIGUES PINTO, 2007, pg. 394)

Mas isto não absolve o país por permanecer inerte todo este tempo contra o racismo que existe na sociedade trazendo consigo uma grande desigualdade social, conforme (DOMINGUES, 2005, pg. 172) “O racismo é uma arma ideológica de dominação que existe na sociedade brasileira sem a existência das cotas para negros. Trata-se de um racismo dissimulado, mascarado, velado, porém extremamente eficiente. Por exemplo, o progresso educacional do negro brasileiro é inferior ao do negro sul-africano da época do apartheid, e dos negros dos Estados Unidos da época da segregação racial. Nesses países, havia maior número de médicos, engenheiros e advogados negros do que aqui”, se até naquele período que estavam tendo tamanha discriminação devido as suas leis, qual é a desculpa do Brasil para a situação que se encontra a situação dos negros no país?

O Brasil do século XXI, apesar desses diversos movimentos sociais negros que lutam por direitos iguais, é uma nação cheia de preconceitos encobertos, foi pregado desde de muito tempo a democracia racial, sendo este um instrumento da classe dominante para encobrir o racismo que existe na sociedade, acabar com este tipo de preconceito racial é complicado, pois ele se encobre em gestos, palavras cordiais e na agressão. Este tipo de preconceito não é aceito abertamente pelo estado, mas deixa marcas e feridas em quem é atingindo seja mentalmente ou fisicamente, e a forma de combater isto é através do movimento negro que perdura até hoje.

O Brasil do século XXI é um país majoritariamente negro, que possui o maior contingente da população negra fora do continente africano. Dados do Censo Demográfico de 2010 mostram que dos 191 milhões de brasileiros 47,7% declararam-se brancos. Entre os não-brancos: 0,4% declararam-se indígenas; 1,1% afirmaram serem amarelos; 7,6% informaram serem pretos e 43,1%, pardos. A população negra (pretos e pardos) constitui, portanto, um total de 50,7% (IBGE, 2010). Entretanto, os indicadores sociais revelam elevadas desigualdades segundo grupos de raça/cor e renda (SILVA; SANTIAGO, 2016, pg.55)

Foi a partir de 1930 que o Brasil assume oficialmente que o discurso de democracia racial não funciona, quando se trata de integrar no contexto econômico e social os afro-descendentes, tal fato não deixou de acarretar debates na imprensa e

nos meios políticos, o país estava despertando para essas pessoas excluídas e sonegadas, decidindo deste modo por políticas de ações afirmativas, estas que foram criticadas por uma maioria, pois afirmavam que isto estava ferindo o princípio da igualdade de todos perante o estado e a lei, outros diziam que às vezes é necessário a implantação de políticas públicas desiguais para promover a igualdade. (NEVES, 2005, pg. 81-89)

A elaboração de políticas afirmativas em prol da igualdade racial no país, se deu em um contexto muitas vezes de enfrentamentos silenciosos, resultado de anos da luta do movimento negro para denunciar o racismo propondo caminhos para esta superação de desigualdade étnicos-raciais. Mas a lei 10.639, sancionada no dia 09 de janeiro de 2003 pelo presidente Luiz Inácio as Silva, introduz de forma obrigatória o ensino da cultura afro-brasileira nos calendários escolares, bem como no dia 20 de novembro o dia Nacional da Consciência Negra. (SILVA; SANTIAGO, 2016, pg. 55- 64)

A Lei 10.639, sancionada em 2003 pelo Presidente da República – que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases, 1996) e institui a obrigatoriedade no ensino fundamental e médio, público e particular, do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira – tem especial importância para a divulgação/valorização do legado cultural africano que recebemos desde o século XVI, pois além de ampliar o parco conhecimento que temos dessa cultura, supõe um novo olhar sobre a história africana e afro-brasileira e suas possíveis relações como o percurso histórico brasileiro. (PEREIRA; SILVA, 2012, pg. 01)

Através de todos estes movimentos sociais que houveram ao longo da história, o governo brasileiro finalmente tomou uma atitude e providenciou uma lei para acabar com estas atitudes e pensamentos racista, que se tem na sociedade onde nem se entende toda a trajetória que o negro enfrentou desde que chegou ao Brasil como escravo, a lei que entrou em vigor foi a 10.639/2003, que obriga as escolas a mencionarem em seu ensino didático a História da África e da Cultura Afro-brasileira

Essa lei traz consigo conteúdos programáticos, mas com a formação e valorização do negro na sociedade, como sua ancestralidade africana, sua cultura e história, com isso, as instituições de ensino deverão seguir os princípios de

conscientizar a população da história negra e da diversidade existente, combatendo o racismo e a discriminação social. (SILVA; SANTOS, 2012, pg. 08)

São através destas políticas a favor da população negra que se destrói a ideia de democracia racial, e estes mitos da ausência de preconceitos contra o negro. Se não houvesse discriminação racial qual seria o propósito de fazer estas medidas reparatórias para um segmento da população, pois as políticas públicas que se tem normalmente para a sociedade contribuem a reproduzir na sociedade a separação existentes entre brancos e negros na estrutura das classes. (DOMINGUES, 2005, pg. 174)

Com isso o movimento negro brasileiro tem se destacado na história do nosso país, como um sujeito de direitos político cujas reivindicações que conseguem a partir do ano de 2000 influenciam de forma mais significativa o governo e seus principais órgãos de pesquisas, deste modo foram criadas políticas de reconhecimento, possibilitando nos últimos anos uma mudança significativa dentro de vários setores do governo, criando mais políticas de ações afirmativas para a população negra, sobretudo nas universidades públicas, pois a educação sempre teve um espaço prioritário nas reivindicações negras desde o tempo após a abolição, estes reivindicavam escolas que incluíssem sua história e cultura nos livros didáticos. (GOMES, 2011, pg. 133 -150)

Podemos dizer que a luta por ações afirmativas enquanto políticas de correção das desigualdades vem se configurando como uma demanda importante do Movimento Negro brasileiro ocupando, hoje, um lugar de destaque na mídia, na arena política e nas universidades. Trata-se de uma reivindicação que vai além das cotas raciais demandando a igualdade racial no mercado de trabalho, nos meios de comunicação, nas universidades públicas, na saúde, enfim, nos vários setores sociais em que a desigualdade racial se perpetua. (GOMES, 2011, pg.151)

Se percebe com tudo isto mencionado, que a população negra que pratica estes movimentos organizados, busca por uma democracia real que considere os direitos e as diferenças que a população brasileira tem, e foi com muito esforço e luta que o governo começou a implementar em sua agenda política ações afirmativas que favoreçam os negros, estas surgem sobretudo na área educacional sendo uma resposta do governo as estas reivindicações sociais.

A política de ações afirmativa das cotas foi uma das mais polêmicas já experimentada no Brasil, pois reserva um porcentual de vagas das universidade

públicas para um grupo específico da população, no caso os negros, este país que tem diversas leis fundadas no princípio de ações afirmativas para outros grupos minoritários desfavorecidos, recebeu muitas críticas com o implemento desta lei de cotas, mas o povo brasileiro não é contra as políticas de ações afirmativas, e também não é contra o programa de cotas. Quem as rejeita são as classes médias e as elites, inclusive intelectuais, ser contra as cotas nas universidades públicas é ter uma postura mais conservadora na sociedade. (DOMINGUES, 2005, pg.164-174)

No caso da Universidade, só o fato de esses jovens passarem a frequentar os espaços acadêmicos, traz uma corporeidade outra, acompanhada de uma produção de outras experiências e significados. [...] mesmo sendo um campo polêmico que traz concordâncias e discordâncias, não há como negar que as ações afirmativas mexem com a ideologia da democracia racial brasileira e colocam em xeque o discurso da tão propalada identidade nacional inclusiva e diversa. (GOMES, 2011, pg. 151)

Políticas de melhorias do ensino com o complemento da ação de cotas nas universidades públicas não é tudo para poder se excluir a desigualdade racial no país, mas já é um passo. No entanto o governo só conseguirá resolver o problema da população negra com políticas governamentais que ataquem o cerne da questão da desigualdade social.

Esta lei de reservar no ambiente universitário uma porcentagem de vagas para o negro, é uma declaração mais do que óbvia que o racismo existe, sendo um tabu citar isto para muitos que não creem na existência deste male, pois ele está muito bem encoberto na sociedade, e são através dos movimentos raciais negros que expõe sua aparência na sociedade, sendo isso considerado uma coisa feia de se ver, o lado ruim que ninguém quer olhar, pois ele é bem eficiente em se esconder.

Desta forma, usar a categoria “raça” na luta antirracista significa dizer que se os negros brasileiros são discriminados por seus traços físicos e pela cor da pele, deve-se pensar em uma articulação política em torno da negritude de forma que as mesmas características, que são hoje objeto de preconceito, sejam ressignificadas positivamente e também fonte de reparação social. (SCHUCMAN. 2010, pg. 49)

As lutas do movimento negro por políticas afirmativas voltadas para a população negra, é uma trajetória que vem ocorrendo desde o período após abolição, o termo raça negra é usado até a atualidade para se identificarem como

um grupo, que possui determinadas características físicas, sendo com isso capaz de uni-los com um proposito. As ações afirmativas de cotas são apenas uma de suas demandas nesta longa trajetória por igualdade, mas o favorece na construção de sua identidade afro-brasileira, os fortalecendo com isto nas suas mobilizações sociais. Com tudo isto mencionado se conclui que a população negra experimenta em seu cotidiano o racismo e a discriminação social, e é através dos movimentos sociais que se faz a luta antirracista e reivindicações por políticas afirmativas.

3. O FEMINISMO NEGRO ENQUANTO CAMPO TEÓRICO

3.1. Dos feminismos tradicionais: a história do feminismo e ausência do debate racial

O feminismo ganhou força com o final do século XIX, a primeira onda feminista foi marcada pela luta de igualdade jurídica e política, e levou para a rua principalmente mulheres brancas e de classe média, o direito ao voto e uma vida fora do lar, estavam entre suas principais reivindicações.

Ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas. [...], Mas a chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto. As sufragetes, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. (JARDIM PINTO, 2010, pg. 15)

Nessa época na sociedade brasileira, não se tem registro de insubordinação consciente por parte das mulheres, pois esta era considerada uma pessoa incapaz, indiferente, e inerte, a educação da sociedade dizia claramente como devia ser o papel da mulher e do homem perante a ela com distinções bem claras de seus papéis, exceto aquelas que se destacaram por seu comportamento atípico, como heroínas como: Joana Angélica, Maria Quitéria, entre outras, o que não implica na existência de um pensamento feminista. (COSTA; SARDENBERG, 2008, pg. 34).

A observação do relato de idosos/idosas que passaram a infância no final do século XIX e início do XX evidencia um conjunto de valores presentes, de forma maciça, em diferentes camadas da população (médias e populares); alguns aplicar-se-iam indistintamente ao menino e à menina: "Respeito", "Obediência", "Honestidade", "Trabalho"; mas outros seriam apenas ligados ao contingente feminino: "Submissão", "Delicadeza no Trato", "Pureza", "Capacidade de Doação", "Prendas Domésticas e Habilidades Manuais". Esses valores recebem o rótulo de tradicionais, e cada grupo mostra, claramente, o que é esperado de um menino/rapaz e o que vem a ser o desejável para uma menina/moça. Ou seja, a educação não só se fazia diferente quanto propiciava que as distinções ficassem bem marcadas. (ALVES, 2000, pg. 234)

Neste momento o Brasil ainda vivia em um período colonial em que as mulheres foram marcadas pela exclusão. A estrutura social e as relações familiares patriarcais colocaram o homem como figura de poder e autoridade e consideravam a mulher como inferior, não precisando esta aprender a pensar, opinar, ler ou escrever. As mulheres brancas e de elite estavam reservadas ao espaço doméstico, e as mulheres negras estavam na condição de escravas.

No entanto, a vinda da família real para o Brasil em 1808 marca o início de mudanças significativas para o país, e posteriormente a independência tornou mais complexa a estrutura social brasileira, pois com isto veio a abertura dos portos ao comércio estrangeiro, a construção de ferrovias, o desenvolvimento do sistema bancário-financeiro, a criação da Biblioteca Nacional, e foi somente neste momento que perceberam que teriam que educar as mulheres com o ensino escolar. (COSTA e SARDENBERG, 2008, pg. 35)

A imagem de ser frágil e necessitado de proteção, sob o domínio dos sentimentos, atuando na intimidade e presa aos cuidados com a prole, ganha outros contornos, fazendo dela um ser em construção, na busca de seu desenvolvimento e realização de potencialidades. (ALVES, 2000, pg. 233)

Mas há no Brasil um grande nome ligado a primeira onda, esta é da nordestina Nísia Flor está (1810- 1885), que desafiou os limites do seu tempo para seguir uma trajetória que a tornaria educadora e escritora, é de Nísia o primeiro livro no país a falar dos direitos das mulheres. (SOIHET, 2005)

Uma das primeiras feministas do Brasil, Nísia Floresta Augusta, defendeu a abolição da escravatura, ao lado de propostas como educação e a emancipação da mulher e a instauração da República. (TELES, 1993, pg. 30)

Sendo que as lutas no processo histórico do Brasil sempre estiveram incorporadas no momento em que se encontrava o respectivo período do país, pois enquanto no passado ocorria na Europa e Estados Unidos da América revoluções sociais, o Brasil ainda vivia sob um regime colonial, escravocrata, patriarcal, onde o homem ditava fortemente todas as decisões importantes na sociedade.

Nas classes dominantes, a mulher era confinada no interior da casa, sob as ordens de um marido (ou pai) distante e autoritário, rodeado de escravos e concubinas. Seu papel principal era o de reprodutora. Casava-se relativamente jovem e gerava muitos filhos. (COSTA; SARDENBERG, 2008, pg. 24)

No entanto, conforme demonstrado por Pinto (2003), o primeiro movimento brasileiro também teria se expressado na luta pelo voto no âmbito do movimento sufragista, uma luta, portanto, por direitos políticos – uma luta universal pela igualdade política. Tal fase foi organizada por mulheres das classes médias e altas e, frequentemente, por filhas de políticos ou intelectuais da sociedade brasileira que tiveram a chance de estudar em outros países, tendo configurado, segundo Pinto, um “feminismo bem-comportado e/ou difuso.

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, o debate em torno da *questão feminina* despertou comentários apaixonados tanto dos defensores de uma maior emancipação feminina, quanto daqueles que repudiavam a crescente presença das mulheres no espaço público. O tom das discussões era muito diversificado, indo da galhofa mais irreverente até a mais séria argumentação científica, transitando entre as justificativas religiosas, a lógica jurídica e as motivações econômicas. (OSTOS, 2012, pg. 317)

Foi a partir da década de 1960, que só então aparecerá novamente com importância e força a segunda onda do movimento feminismo, e com ela o direito ao corpo e ao prazer, chegando este ao ouvido da população brasileira pela imprensa alternativa. Tem um livro que marcou as mulheres de forma significativa e foi fundamental para a nova onda do feminismo: O segundo sexo, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949. Nele, Beauvoir estabelece uma das máximas do feminismo: “não se nasce mulher, se torna mulher”. (PINTO, 2010, pg. 16)

A luta das mulheres para terem autonomia sobre os seus próprios corpos, pelo exercício prazeroso da sexualidade, para poderem decidir sobre quando ter ou não filhos, resultou na conquista de novos direitos para toda a humanidade: os direitos sexuais e reprodutivos. (CARNEIRO, 2003, pg. 117)

Na passagem para os anos de 1980, este movimento traz as demandas das mulheres negras para o centro do debate, os assuntos sobre gêneros, raça e

classe, demonstram que as opressões que atingem as mulheres negras são de formas diferentes das mulheres brancas, existindo um racismo arraigado na sociedade que julga as pessoas pela sua cor. (GONÇALVES; SILVA, 2000, pg.149)

Com o surgimento da Constituição de 1988 percebeu que esta: Estabelecia o sufrágio universal para todos os cidadãos brasileiros, assegurando que todos são iguais perante a lei (Art.72 da CF). Deste modo, é assegurado o princípio da igualdade de gênero.

O princípio da igualdade de gênero, no que se refere à fruição dos direitos humanos, baseia-se na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo depois explicitado na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres (Convention for the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women/CEDAW). [...] Tais detalhamentos realmente constituíram avanços conceituais, pois expandiram os direitos humanos para além dos seus parâmetros iniciais, que marginalizavam os abusos de direitos relacionados ao gênero que atingissem especificamente as mulheres. O relativo sucesso de tais esforços baseou-se em uma mudança significativa de perspectivas quanto à relevância da diferença de gênero no projeto de ampliação do escopo dos direitos humanos das mulheres. (CRENSHAW, 2002, pg. 171)

Com o surgimento da educação, este que foi assegurado pelo estado brasileiro, as mulheres começaram a pensar e ficar mais aptas a questionar sobre o mundo a sua volta, que o mundo não é só ficar em casa e ter um monte de filhos.

Os pais do passado estavam simplesmente cumprindo muito bem o seu papel na sociedade, moldando a perfeição de sua prole, custasse o quanto custasse. As meninas eram moldadas a serem mães e submissas, os meninos os dominantes e o chefe do lar, observando este fenômeno, percebe-se que tratava apenas do lado complementar e, portanto, fundamental do "Domínio", a ser exercido pelo homem, cuja educação era diversa daquela da mulher, em muitos aspectos, pois como se poderá ter "Domínio" se não houver "Submissão". Deste modo a mulher considerada o elo mais fraco da relação, se submetia aos desejos do homem. (ALVES, 2000)

O fato de que a mulher vive sua natureza feminina de modo sozinho cria entalhes de criar uma consciência da opressão que sofre, favorecendo com isso a alienação e o fatalismo, que a faz aceitar o princípio de que ser mãe é seu motivo maior da existência.

Ocorram assim ao longo desta trajetória brasileira muitas lutas por direitos mais igualitários, estas conseguiram com o passar do tempo equiparar mais os seus direitos civis, surgiu o Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121/62).

O código eleitoral (Lei nº 6.515/77), a Carta Magna de 1988 que consagrou a ideia de igualdade de gêneros, e o Código Civil de 2002 que surge em um ambiente muito mais igualitário, dando uma posição ativa e independente à mulher no âmbito legislativo brasileiro.

Atualmente a terceira onda feminista transborda com força, nas discussões atuais sobre a desnaturalização do gênero, uma desconstrução feita pela própria diversidade humana, que desafia a ideia de sujeitos com identidades fixas e destinos biológicos, querendo este também uma maior aproximação da mulher brasileira junto ao estado.

A terceira fase, desta vez referida à forte participação das mulheres brasileiras em todo o processo de redemocratização [...]. uma espécie de “feminismo difuso” e com maior ênfase ainda sobre processos de institucionalização e discussão das diferenças intragênero (ou seja: entre as próprias mulheres). Os movimentos sociais e também o feminista, defrontando-se com novas maneiras de conceber a cultura política e outras formas de se organizar coletivamente, desta vez passaram a se caracterizar por: 1) tentativas de reformas nas instituições consideradas democráticas (com a criação dos Conselhos da Condição Feminina, das Delegacias de Atendimento Especializado às Mulheres, por exemplo); 2) tentativas de reforma do Estado (com a forte participação das mulheres organizadas no processo da Assembleia Constituinte de 1988, por exemplo); 3) busca de uma reconfiguração do espaço público, por meio da forte participação de “novas” articulações dos movimentos de mulheres (mulheres negras, lésbicas, indígenas, rurais etc.); 4) uma posterior especialização e profissionalização do movimento. Este terceiro momento marca o início de uma aproximação cautelosamente construída junto ao Estado. (MATOS, 2010, pg. 68)

Esses movimentos nos demonstram os principais eventos ocorridos ao longo da história feminista. Mas o feminismo atual, continua sendo algo que luta constantemente pela igualdade de gênero, por uma maior visibilidade da voz da mulher em diversos setores da sociedade, pois se tem um desequilíbrio muito grande quando comparado ao homem, no espaço de poder econômico e social.

Se luta até o presente para ter mulheres produzindo conteúdos, e não somente em casa cuidando dos filhos, tendo conquistas e escrevendo suas versões dos fatos acontecidos na história.

Este movimento social feminista, preconiza uma existência igualitária de ambos os sexos, os tópicos pautados nessas reuniões são os mais diversos, no entanto, uma questão que não foi muita inserida ou debatida nas conversas seria o debate racial que é o racismo existente na sociedade, este assunto atingi diretamente a população negra.

Desse modo, esses movimentos acabaram produzindo formas de opressão internas, na medida em que silenciaram diante de formas de opressão que articulassem racismo e sexíssimo, posicionando as mulheres negras em uma situação bastante desfavorável. (RODRIGUES; PRADO, 2010, pg. 449)

Uma sociedade que se vê de forma tão miscigenada, o debate racial deveria ser mencionado pois este reconhece a existência da população negra e suas lutas contra o racismo, conforme as feministas negras estes tópicos não pautados nessas discussões feministas, acabam excluindo sua voz e conseqüentemente a mulher negra não consegue se identificar no feminismo tradicional, quando este não debate sobre uma questão que a atinge nos seus dias de forma tão tangente.

Na busca de ampliação da plataforma de ação feminista, as mulheres negras teceram inúmeras críticas quanto à invisibilidade de sua ação política. A contestação mais direta refere-se à maneira secundarizada do tratamento de sua opressão e organização, as quais estiveram e estão submetidas pelo sistema. Isto é, seja através do discurso, seja da produção teórica, as mulheres negras aparecem como 'sujeitos implícitos'. Historicamente, a sociedade tem absorvido de forma mais eficaz as reivindicações das mulheres – brancas – como parte de um 'processo natural'. A questão racial ainda é um tabu; o combate ao racismo, pela sua sutileza e mascaramento, não 'emplacou' como tema socialmente relevante. (RIBEIRO, 2006, pg. 803)

Apesar do debate racial não ser mencionado por diversos motivos, como por uma questão cultural ou o fato de se ter uma sociedade preconceituosa, que discrimina de forma silenciosa as pessoas negras, não assumindo esta existência, o preconceito se encontra na sociedade trazendo sofrimento e dificuldades às pessoas negras, que tem os seus direitos humanos infligidos e não resguardados deste modo, pessoas com direitos plenos e iguais a todos os demais.

Não é ficando sem querer debater sobre esta questão que está mazela que é o preconceito racial deixará de existir, o movimento feminista tradicional não

conseguiu compreender que as mulheres negras trazem consigo toda esta carga histórica, com isso, este assunto não foi mencionado nos tópicos pautados dessas militantes ativas.

A suposta igualdade preconizada dentro dos movimentos feminista, levou as mulheres negras a lutarem por suas especificidades, gerando conflitos e rupturas nas formas simples em que tais movimentos se apresentavam nas décadas de 70 e 80, com isto surgiu o movimento das mulheres negras, que sabem que é somente debatendo sobre o racismo e lutando contra este mal que se chegará a um resultado. (RODRIGUES; PRADO, 2010, pg. 449)

As mulheres negras com isto demostraram que são militantes ativas e corajosas, para exporem de forma aberta e pública para todos ouvirem na sociedade que elas também queriam ter seus direitos assegurados, e por serem mulheres não são frágeis, são resistentes exigindo o respeito e a igualdade que uma mulher merece.

3.2 O processo histórico de construção do feminismo negro no Brasil

É da luta contra o preconceito por ser mulher e negra, que o feminismo negro vai se configurando no Brasil, a partir de um conjunto de diversas organizações de mulheres negras espalhadas pelo país, estas militantes que se propuseram a questionar essas práticas excludentes, este movimento se intensifica na discussão sobre sexíssimo e racismo nos seus debates.

Sob a influência do feminismo anglo-saxão, inicia-se nesse período uma crítica pelo fato de o feminismo ser liderado por mulheres brancas, urbanas e da classe média alta. Apontava-se, ainda, a necessidade de promover discussões mais amplas acerca de conceitos como classe social e raça. (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012)

Foi a partir da década de 1980 que o feminismo negro começa a ganhar força e foi criado diversos grupos de mulheres negras, que de um modo ou de outro, foram absorvidos pelo Movimento Negro, na medida em que as militantes negras não se distanciaram da agenda do Movimento Negro, fazendo uma dupla militância, em que procuravam trazer para o conjunto do movimento negro as discussões sobre a opressão específica da mulher negra. Por poderem participar tanto do movimento feminista quanto do movimento negro, tais mulheres construíram grupos que

representam formas híbridas de organização, contendo características próximas às de organizações feministas, com sua perspectiva de horizontalidade, e mantendo em relação às organizações negras a centralidade da discussão do racismo. (RODRIGUES; PRADO, 2010, pg. 450)

Foi apenas a partir da década de 1980 que o feminismo negro começa a ganhar força por aqui. Com o II Encontro Feminista Latino-americano, que aconteceu em Bertioga, no litoral paulista em 1985, surge a organização de mulheres negras em busca de visibilidade no meio feminista. Em seguida despontam os primeiros Coletivos de Mulheres Negras e Encontros Estaduais e Nacionais de Mulheres Negras. Desde então nomes como os de Sueli Carneiro, Lélia Gonzales, Núbia Moreira, Luiza Bairros, entre outras, abrem caminho para a representação negra feminina no Brasil. (RIBEIRO, 2015)

O combate ao racismo é muito importante pois produziu gêneros inferiorizados dentro da sociedade. Em relação aos negros e brancos, se pensou desta forma em direitos para a população negra, fundada em uma nova concepção de cidadania, as militantes feministas negras lutaram por isso, pois o cidadão brasileiro é portador de direitos e deveres, mas o que se pretende não é apenas ter os direitos, mas o poder de reivindicar estes e poder gozá-los de forma efetiva.

A sociedade brasileira dispõe hoje de espaços significativos de participação e reivindicação no âmbito internacional. No caso das mulheres, encontram-se aí diversos instrumentos para a proteção e a expansão de seus direitos. Tais instrumentos foram se ampliando historicamente por meio da ratificação de planos, acordos, tratados ou protocolos, e isso pode ser creditado ao empenho e à mobilização de movimentos de mulheres e feministas. Pelo diálogo e em decisões negociadas com instâncias sociais e governamentais, surge a possibilidade de intervir no desenho e na gestão de políticas públicas, incluindo a disputa por garantia de direitos e pela equidade de gênero. Desse cenário emana uma nova concepção de cidadania fundamentada na ideia do reconhecimento e da ampliação de direitos da população feminina, incluindo os civis, políticos, sociais, culturais, além dos sexuais e reprodutivos. Enfim, o reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. (PRÁ; EPPING, 2012)

Com isso, é formado um conjunto de propostas de políticas públicas, que traz a valorização da identidade feminina negra, e a comunidade negra, todos esse conjunto de movimentos organizados é o que vai formulando e pavimentando o terreno sobre o feminismo negro no Brasil.

As militantes feministas negras se organizam na defesa de sua identidade cultural, e pontuam suas diferenças dentro do próprio movimento negro e no movimento feminista. O desafio ainda hoje é conseguir ressignificar uma identidade feminina, que no imaginário social brasileiro, permanece representada apenas pela ideia de um corpo.

Continua existindo na sociedade brasileira a opressão e exclusão do negro, fazendo ambos o homem e a mulher negra carregar tudo isso sem ter aonde descarregar esta carga discriminatória colocada neles. Não é que a mulher negra seja forte, ela tem que ser forte, o estado é omissivo, a sociedade é machista, aliado com a questão do racismo, a mulher negra quer deste modo ser vista como alguém que pensa que constrói pensamentos, sendo uma cidadã política.

As diversidades existentes em uma sociedade, geram muitas vezes desacordos e pensamentos divergentes aos minoritários, quando a voz predominante do grupo deixa de enxergar as diferenças dos demais, isso vem ocorrendo já há muito tempo com os grupos minoritários e as mulheres negras, pois a subordinação da mulher é algo que no Brasil é percebido desde o período da escravidão.

Coloca-se em questão a perspectiva feminista clássica fundada numa concepção universalista de mulher, que tem o seu paradigma na mulher branca ocidental, o que obscurece a percepção das múltiplas contradições intragênero e entre gêneros que a racialidade aporta. Dessas contradições, impõem-se para as mulheres negras a sua afirmação como um novo sujeito político, portador de uma nova agenda, esta resultante de uma identidade específica na qual se articulam as variáveis de gênero, raça e classe. (CARNEIRO, 2003, pg. 132)

O feminismo negro no Brasil é ainda muito recente, pois as mulheres negras perceberam que infelizmente nem todas as mulheres conseguiam se ver como um único gênero, mulher como um sujeito universal, e sim que existem várias mulheres, que são diferentes e que possuem demandas diferentes, a distinção de pensamentos ocorria, e suas pautas não eram ouvidas nesses debates.

Quando participei de grupos feministas, descobri que as mulheres brancas adotavam uma atitude condescendente em relação a mim e outras participantes não brancas. A condescendência que elas dirigiam a mulheres negras era um dos meios que empregavam para nos lembrar de que o movimento de mulheres era "delas" - que podíamos participar porque elas

nos permitiam, até mesmo incentivaram; afinal, éramos necessárias para legitimar o processo. Elas não nos viam como iguais, não nos tratavam como iguais. E, embora esperassem que fornecêssemos relatos em primeira mão da experiência negra, achavam que era papel delas decidir se essas experiências eram autênticas. (HOOCKS, 2015)

Se notou que as opressões se combinavam e as supriam de diversos lugares, gerando assim também outra forma de opressão. Foi fundamental a estas mulheres começar a pensar em outras possibilidades de reivindicações nos movimentos feministas, e a melhor solução foi fazer seu próprio movimento, pois não encontravam empatia ou solidariedade racial das outras mulheres, que tinham dificuldade em perceber que ao longo da história as mulheres brancas e negras não foram tratadas da mesma forma, possuindo assim pontos de vistas diferentes.

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas [...]. (CARNEIRO, 2003, pg.120)

O problema da mulher negra se encontrava na falta de representação pelos movimentos sociais hegemônicos. Enquanto as mulheres brancas buscavam equiparar direitos civis com os homens brancos, mulheres negras carregavam nas costas o peso da escravatura, ainda relegadas à posição de subordinadas; Porém, essa subordinação não se limitava à figura masculina, pois a mulher negra também estava em posição servil perante a mulher branca. (ARRES, 2015).

O ser humano negro na história foi um ser para ser usado como mão de obra grátis, este que foi escravizado pelos brancos, mas com o avançar do capitalismo isto forçou a ser dado a abolição aos negros, no período pós-abolição, cria-se uma política de imigração para a mão-de-obra assalariada, não incluindo a população negra, o que gerou a institucionalização da desigualdade racial na estrutura política de vários países, inclusive no Brasil. (SANTOS; OLIVEIRA, 2018)

A desigualdade que acarreta com isto, é um grupo excluído e discriminados devido a sua cor, a exclusão que com o passar dos anos se tornou silenciosa, mas não deixou de existir.

As mulheres negras que participavam do feminismo eram deixadas as margens das discussões pautadas, pois as pessoas que as cercavam eram todas brancas, apesar do sexo as unir, suas experiências de vida eram totalmente diferentes, elas se uniam devido ao sexo e provar que ao possuir a biologia feminina isto não deve definir seu destino social.

São as mulheres de pele mais escura e também as que tendem a ser as mais excluídas das práticas tradicionais de direitos civis e humanos. (CRENSHAW, 2002, pg. 10)

No entanto, nem mesmo o sexo que é o mesmo foi capaz de criar uma boa compreensão de vida entre estes dois grupos, pois nem todas passaram pelos mesmos problemas e desejam as mesmas coisas. As necessidades das mulheres negras são diferentes das mulheres brancas, pois o racismo existe, e se não é possível entender isto, como podem ser um grupo hegemônico.

Há muitas evidências que justificam o fato de que a identidade de raça e classe gera diferenças no status social, no estilo e qualidade de vida, que prevalecem sobre a experiência que as mulheres compartilham diferenças essas raramente transcendidas. (HOCKS, 2015, pg. 197)

A cisão das mulheres negras com o movimento feminista hegemônico nunca foi fácil. Por deterem o domínio racial e contarem com maior número de lideranças consolidadas, as feministas brancas resistem às questões das mulheres negras. Grande parte das reclamações relatadas são repetições de um único discurso: as negras criam caso, plantam confusão e discórdia, enxergam racismo onde há boas intenções e não são compreensivas (ARRAES, 2015).

A mulher negra tem que enfrentar o racismo, o que a mulher branca muitas vezes não percebe, isto as leva a criar o movimento da mulher negra organizado, pois as mulheres negras trazem consigo toda esta história de exclusão, com isto é necessário lutar contra a discriminação racial camuflada e silenciosa existente da sociedade.

Participantes do movimento negro e feminista, as mulheres negras, conscientes da importância de seu papel na história, visam a desmascarar situações de conflito e exclusão. Com isso, não só contribuíram para a conquista de visibilidade como sujeitos políticos, perante esses movimentos e a sociedade, como também construíram um curso próprio através da constituição do movimento autônomo de mulheres negras. Com isso, lutaram e lutam para garantir a subsistência, direitos sociais e políticos, e qualidade de vida para si, seus familiares e para a comunidade. Explicitamente, a agenda política das mulheres negras transcende as questões de gênero, abarcando o combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito racial. (RIBEIRO, 2006, pg. 804)

A mulher desenvolve dentro da comunidade negra um papel particularmente importante. Ela é, em sua maioria, chefe-de-família, a principal responsável pela criação e transmissão de valores culturais expressos pelas religiões afro-brasileiras, afoxés, blocos afros e grupos de samba; é também a mulher negra que desempenha um papel importante no processo de luta do negro ainda na escravidão, participando diretamente da formação e da defesa de quilombos. (COSTA; SARDENBERG, 2008, pg.140).

3.3 O feminismo negro enquanto campo teórico: Da luta antirracista contra a indiferença.

Ainda que as lutas negras remontem ao Brasil Colônia, a intensificação, institucionalização e massificação desses processos se verificam a partir de meados do século XIX, quando o sistema escravocrata vai perdendo aos poucos sua legitimidade, e o país passa a se alinhar a um novo tipo de formação hegemônica instaurada no ocidente a partir da Revolução Francesa, as lutas promovidas contra o racismo e o sexíssimo somente puderam se desenvolver plenamente em resposta a essa nova formação hegemônica. (RODRIGUES; PRADO, 2010, pg. 449)

Atualmente, as discussões em torno de conteúdos como interculturalidade, direitos de grupos culturais ou políticas públicas, que visam melhorar a situação desses grupos sociais discriminados, vem ganhando reconhecimento na sociedade e ganhando cada vez mais espaço nas discussões públicas, pois as lutas desses grupos minoritários ficam cada vez mais evidentes em alguns meios de comunicações.

De um modo geral, sob o conceito de multiculturalismo subjazem diferentes ideias de qual seria o principal índice definidor de uma "identidade cultural": pode ser a língua, mas também o território, os costumes, a religião, os ritos etc. Na maior parte das vezes apenas um ou dois desses indexadores podem ser suficientes para determinar as fronteiras de um grupo e sua ancestralidade. (MONTEIRO, 2012)

Se almeja com isso o conceito social de ações estatais que combatam a discriminação, desta forma, o movimento negro feminista luta contra o racismo e a indiferença, busca a igualdade e o reconhecimento de origens culturais diferentes que fazem parte da sociedade contemporânea.

O racismo se explicaria a partir de categorias dadas por natureza ou, quando muito, dadas por construções sociais imemoriais tão antigas quanto o próprio gênero humano. Sendo assim, o conhecimento da história nos serviria tão-somente para nos conformar ao que existe por natureza ou por uma espécie de história sem história, e jamais para nos liberar dos fardos inventados por nossos ancestrais. (AZEVEDO, 2005, pg. 299)

A partir dessas lutas antirracistas desenvolvidas pelas feministas negras que lutam pela igualdade racial, e a não inercia estatal anexada à exclusão social, se almeja reconhecimento do dito diferente, querendo alterar a concepção brasileira de aonde alguns grupos devem pertence.

A premissa básica para os autores que desenvolvem uma teoria pautada no reconhecimento é que este é fundamental para o processo de formação da identidade pessoal e que, por isso, deve ser considerado um importante critério de justiça em uma sociedade. (NEVES, 2005, pg.88)

Há diversos grupos minoritários na sociedade, estes nos últimos anos fazem movimentos sociais para reivindicarem a inclusão social, sendo o mesmo com o movimento negro que quer ser aceito por sua identidade, e se apresentar como igual diante de outros grupos.

Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a "raça", e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a "raça" é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação. (DOMINGUES, 2007, pg.101)

Toda luta social busca algo, o feminismo negro luta contra o racismo e o sexíssimo, pela inclusão social e mais políticas afirmativas efetivas, no Brasil se observa que as desigualdades sociais remetem a um passado histórico escravocrata, impondo com isto aos negros as posições mais baixas, aliando-se ao racismo e sexíssimo dificulta o negro subir na escala social.

Com base numa articulação que envolve ONGs vinculadas ao movimento negro, agências estatais, fundações filantrópicas norte-americanas, instituições multilaterais e fóruns internacionais, especialmente no plano dos Direitos Humanos, a nova política anti-racista surge no contexto da discussão sobre políticas de ação afirmativa no Brasil, iniciada nos anos 1990. (MONTEIRO; MAIO, 2008, pg.123)

Foi a partir do movimento negro feminista que trouxe mudança significativas ao longo da história, estas foram para as ruas e conforme (NEVES, 2005) “ as diferenças socioeconômicas entre a população de origem negra e a população branca tornaram-se gradativamente uma questão importante na agenda política do país. ”

O movimento negro feminista reivindica sua identidade cultural de descendentes de escravos, estas militantes reafirmam e trabalham com os símbolos da cultura-afro brasileira, com o propósito de criar um modelo que a população negra brasileira possa se identificar.

Ser negro, mulher, homossexual etc. diz respeito a identidades construídas historicamente pela sociedade, o que influencia a maneira como os indivíduos se vêem a si próprios e aos outros membros da sociedade. Isso significa que as políticas de identidade não são apenas estratégias de reificação de diferenças, elas são também formas de ressignificação das mesmas, pois reivindicam de forma positiva identidades socialmente degradadas. Em um processo dinâmico, essas políticas, por sua vez, terão efeitos sobre o processo de construção das identidades, que retroagirão sobre as próprias políticas de identidades. (NEVES, 2005, pg.87)

Esta luta antirracista luta contra a indiferença imposta pelos grupos dominantes na sociedade, elas querem serem aceitas igualmente, mas como se observa, no presente existe a exclusão social, apesar de denúncias existem as marcas de rotulagem colocadas nas pessoas pelo nosso sistema social, as militantes feminista almejam transformar essas marcas do passado em orgulho, sendo isto o auto reconhecimento do seu passado, um componente importante dessa mudança é o crescimento de um novo orgulho negro e de novas formas de

identidade negra, observados sobretudo entre os jovens. (RIBEIRO, SANSONE, 2003, pg. 84)

Porém, isso não acarreta necessariamente a superação da exclusão em si, o que pressupõe certa mobilização dos excluídos no sentido de reivindicar políticas públicas que visem à superação da exclusão. Quer dizer, esses movimentos podem ser importantes para a melhoria da auto imagem dos indivíduos dos grupos marginalizados, mas não bastam por si sós para combater a exclusão social. (NEVES, 2005, pg. 88)

Atualmente, uma característica do movimento negro feminista é o uso de sua cultura como fim de falar a respeito da questão racial, e da indiferença a exclusão social que existe no Brasil, as militantes buscam que a identidade afro-brasileira seja aceita na sociedade, estas lutam contra a cor da pele servindo como o critério da construção de como se vê as pessoas na hierarquia social.

A contribuição do feminismo negro na luta antirracista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. Tal situação, por seu turno, engendrou formas de resistência e superação tão ou mais contundentes. (CARNEIRO,2003)

A crescente busca por igualdade do movimento feminista negro, fez com que o estado tenha uma maior responsabilidade na criação de políticas públicas que visassem estes movimentos, dando uma resposta a sociedade em si, pois estas reivindicações se encontram cada vez mais presentes nas mídias sociais, como a políticas de cotas nas universidades públicas.

Na situação atual do país, talvez elas sejam efetivamente as únicas medidas factíveis a curto prazo para engajar o Estado no combate à discriminação racial. Além disso, essas políticas, ao possibilitarem a ascensão de negros a posições de destaque na sociedade, têm um efeito importante no aumento da autoestima da população negra. Seu maior interesse reside, talvez, no fato de suscitar um debate sobre as desigualdades sociais de origem racial no país. Todavia, isso não deveria levar as forças sociais antirracistas a esquecer as reivindicações por políticas públicas que favoreçam o conjunto da população discriminada. (NEVES, 2005, pg. 89)

É certo que as lutas feministas negras contra a indiferença racial e exclusão do mesmo como tem ocorrido atualmente no Brasil, não podem ser vistas só desta forma, se busca a identidade afro-brasileira, políticas públicas efetivas,

igualdade de chances entre os sexos, o problema está em como conciliar tudo isso, e suas demandas serem atendidas pelos poderes estatais.

Essa é uma maneira de dizer que o principal papel de um movimento social é o de ajudar a mudar as representações vigentes em uma sociedade. As transformações estruturais, embora influenciadas por essas mudanças no âmbito do imaginário, dependerão das alianças que os movimentos sociais conseguirem estabelecer, mas não apenas eles. (NEVES, 2005, pg. 92)

A luta contra esta estrutura cognitiva de racismo deve ser solidária. Se deve lutar contra o racismo através de movimentos sociais e lutas emancipatórias, se deve lutar contra a indiferença através de reivindicações de políticas públicas que tenham eficácia, se deve contestar o fato da igualdade de gêneros, pois somente indo atrás de mudanças que algo mudará.

No sul do Brasil em Santa Catarina no município de Criciúma, a existência do movimento social negro também apareceu, estes debatiam sobre o racismo presente, sobre a população negra que era tida como invisíveis em algumas situações, sobre a falta de escolas em alguns bairros da região, e a falta de conhecimento sobre sua identidade cultural.

4. DO MOVIMENTO NEGRO AO FEMINISMO NEGRO EM CRICIÚMA

4.1 A História da colonização de Criciúma e a descoberta do carvão

No ano de 1807 Napoleão Bonaparte mandou Portugal fechar os portos aos ingleses até o dia 01 de setembro, sob pena de lhes declarar guerra e o país ser invadido, com certeza não imaginou que este ato teria consequência além do mar nas aldeias indígenas que residiam no sul de Santa Catarina, está localizada no Brasil uma das colônias que pertencia a Portugal. Não restava outra rota a não ser fugir do país, pois Portugal não poderia se manter imune ao conflito de poderes que estava tendo na época, com isso a família Real chega ao Brasil em 1808, abrindo os portos para as nações amigas. (NOGUEIRA, 2009, pg. 72- 80)

E é por volta do século XIX, no ano de 1820, que o conceito sociedade civil surge, este termo nasceu com a necessidade de expressar as mudanças que ocorriam com a entrada da modernidade ocidental. As diferenças que apareceram nos domínios econômicos e nas esferas familiares com a abolição da escravidão, que estava ocorrendo em vários territórios. Com todas estas transformações o estado não poderia se fundir sempre com a sociedade civil, deste modo se traz o pensamento dualista, o estado é estado e a sociedade civil é separada dele. Estas diferenciações modernas chegaram ao Brasil no início do século XX, trazendo desta forma a separação do interesse privado e o estado. (AVRITZER, 2012, pg. 284)

Esta separação foi fundamental ao longo da história, pois a noção de interesse privado não existia no contexto social como um algo existencial que precisava ter o seu valor tomado na sociedade moderna. Foi necessário aparecer com o tempo o interesse do estado sobre a vida dos cidadãos que constituem a esfera privada. (CARIJÓ; STAROSKY; MACHADO; FERREIRA, 2008, pg. 337-338)

O Brasil proclamou sua independência em 1822, no entanto, este continuou a ter em sua sociedade um regime escravocrata, isso aconteceu durante muito tempo e com mais expressão ao longo de todo o século XX, tanto que em 1888 já existiam poucos escravos, comparado aos séculos anteriores. Muitos políticos que no passado advogaram a favor da causa pró-escravista agora

defendiam a aplicação da abolição na sociedade, sendo aplicada somente em 13 de maio de 1888, após um longo processo de desagregação e intensas batalhas envolvendo diversas pessoas, que surgiu uma lei formal que aboliu a escravidão, no entanto a tortura e humilhação que foi legal no Brasil até 1888 somente para os escravos, não iria desaparecer de repente, a abolição ocorreu, mas a polícia ainda tinha o hábito de fazer espancamentos públicos nos negros, pois o mecanismo de repressão contra os ex- escravo já tinha contaminado inteiramente a sociedade. (SANTOS, 2015, pg. 765- 767)

Em Santa Catarina o processo de integração racial ocorreu de forma lenta, quase nulo, foi a partir da década de 1930 a 1940. Com o surto de desenvolvimento que trouxe a segunda guerra mundial (1939- 1945), que oportunidades se abriram na indústria, comércio e outros serviços. Com isto os negros aproveitaram estas oportunidades, mas nada que fosse ofertado foi muito animador, já que continuavam enfrentando problemas nas camadas mais baixas da sociedade para mudar sua posição social. As portas da sociedade não estavam totalmente abertas para eles, ainda que fosse difícil entrar nelas os negros muitas vezes “só” tinham que desenvolver a ideologia racial branca e renunciar sua cultura afro-brasileira. Os negros deveriam imitar aos brancos na maneira de falar, de se vestir e de se comportar, para poderem ter a sua tão desejada ascensão social, no sentido de sua infiltração no ambiente dominados por brancos, tendo completamente um assimilacionismo cultural de embranquecimento.

O carvão no início de sua exploração em Santa Catarina era visto como um produto de baixa qualidade, a sua exploração não despertava interesse de estrangeiros como os ingleses, no entanto após a primeira guerra mundial de 1914 a 1918 e durante a segunda guerra mundial de 1939 a 1945, foi quando em ambos os conflitos o carvão foi finalmente valorizado. (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2002, pg.11-12)

A região de Criciúma localizada na região sul de Santa Catarina, com uma área de aproximadamente 235,628 km², foi historicamente colonizada por pessoas de etnias italianas que chegaram à região acompanhadas de soldados, usando velhas picadas e abrindo novas terras para se fixar, foi colonizada também por alemães e poloneses, onde a Polônia era atingida pela propaganda brasileira com o fim de conseguir colonos para o Sul do país (CRICIÚMA, 1999).

Cento e trinta e oito anos são passados desde que em 06 de janeiro de 1880, um punhado de imigrantes italianos depois de ter feito picadas a facção trouxeram seus pertences em carros de bois, em direção a terra Criciumense, neste dia somente os italianos colonizaram esta terra, muitos anos se passaram desde que aqueles homens e mulheres deixaram a Itália devido a circunstâncias diversas, cheio de ideias arriscaram se na busca de novos tempos e melhores oportunidades, em navios abarrotados de idealistas que buscavam uma vida socialmente mais digna e gratificante. (MILANEZ,1991, pg. 13- 23)

Eram 22 troncos familiares, representados por 25 casais, três viúvos, uma viúva, um solteiro adulto, 50 crianças do sexo masculino e 36 do sexo feminino. Ao todo a colônia era formada por 141 italianos. [...] no lombo de cavalos, em carroças e a pé, rumaram para Urussanga e, dessa, com o mesmo meio de transporte, por picada mato a dentro vieram buscar a colônia São José de Cresciúma, aonde chegaram no dia dos Reis Magos, 6 de janeiro de 1880. (NASPOLINI FILHO, 2016, pg.17)

O território brasileiro funcionava naquele tempo como uma via de duas mãos, ao mesmo tempo que ficava proibido que as doações de terras da união fossem devolutas, criava-se condições e facilidades para que esta mesma terra, negada para uns ou seja os negros, fosse facilitada para outros. Sendo que estes “uns” seriam os indígenas locais, os pobres em geral, e a população negra que fosse fugitiva ou com alforria. E para os outros seriam as populações brancas de origem europeia, no caso de Criciúma, os Italianos. As leis que eram implantadas na época criavam diretrizes para fixar os imigrantes nestas novas terras e criar facilidades para terem suas necessidades básicas atendidas, nem que fosse necessário tomar medidas externas em relação aos que os ocupavam anteriormente. (RIBEIRO, 2005, pg.21-22)

Os indígenas e os negros foram desconsiderados dos registros oficiais de Criciúma, pois os heróis e desbravadores valentes foram os imigrantes que chegaram em Criciúma para colonizar, desde o período da escravidão ocorria a fuga e a resistência, podendo ocorrer em regiões com um grande número de negros escravizados como em regiões com poucos negros.

Na condição de negro fugitivo um negro vivia em um morro, os colonos diziam que era o Morro do Estevão, mas tarde incorporado a todo povoamento destinando isso aos colonizadores italianos que chegavam, a ocupação do morro é anterior a própria ocupação de povoado, o negro Estevão não é mencionado nos

ramais da história criciumentense como muitos outros no processo de ocupação territorial

No ano de 1892 Criciúma se tornou distrito de Araranguá e foi descoberto nesta terra a existência do carvão iniciando sua exploração em 1913, com o passar do tempo por volta da década de 1940 a cidade recebeu o título de cidade do carvão, com a existência do carvão a cidade começou a se desenvolver e ganhar melhor estrutura, pois é devido a estas pedras negras que após serem incendiadas, proporcionavam mais conforto e facilidade aos homens naquele respectivo período, que a cidade entrou em processo de modernização, atraindo novos moradores para a região entre eles os negros, que vieram ao município em busca de trabalho nas minas de carvão e na ferrovia Tereza Cristina que era conhecida antes como Rede Ferroviária Federal S/A, se tornando conhecida como Ferrovia Tereza Cristina na década de 1990 com a privatização, e sendo usada pela iniciativa privada a partir do ano de 1997 . (BELOLLI; QUADROS; GUIDI, 2002, pg. 23-43)

Nos registros da câmara municipal do poder legislativo de Criciúma os primeiros colonizadores que chegaram em Criciúma foram os italianos, e no ano de 1890 chegou os imigrantes alemães e poloneses, em 1892 está colônia se transformou em um distrito de paz, com o seu distrito sendo o sexto de Araranguá, conforme a lei nº 48, de 2 de setembro de 1892.

"O tenente Manoel Joaquim Machado, Presidente do Estado de Santa Catarina, faço saber que o povo catarinense, por seus representantes, decreta e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica criado no município de Araranguá, no núcleo colonial denominado "São José de Criciúma", um distrito de paz.

Art. 2º - Os limites para este distrito são: ao norte, abrangendo toda a colônia de Nova Veneza; ao sul, pela terceira linha do rio Sangão; a oeste, pelo costão da Serra e do rio Mãe Luzia; depois de sua saída da mesma colônia, e a leste, pelas sesmarias da Urussanga Velha, respeitando-se os limites de Jaguaruna.

Art. 3º - Fica criada na sede do distrito uma escola mista de instrução primária.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dada no Palácio da Presidência do Estado de Santa Catarina, aos dois dias do mês de setembro de mil oitocentos e noventa e dois, quarto da República.

Conforme dados recentes fornecidos pelo site do IBGE, em uma pesquisa da população Brasileira de cor ou raça, entre 2012 e 2016 demonstrou-se que 44,2% dos cidadãos se declaram brancos, 46,7% se identifica como pardos e os outros 8,2% se assumem ser negros, a redução de brancos e o aumento de negros

e pardos é uma tendência verificada ao longo do tempo, isso ocorre devido a tendência de miscigenação, a população se mistura e o número de pardos aumenta.

Como se vê a população parda ou negra, aumenta gradativamente com o passar do tempo, a ideia de trazer diversos estrangeiros ao Brasil após a abolição, para ocorrer a miscigenação entre as cores de alguma forma está ocorrendo, deste modo é fundamental ao governo estabelecer políticas públicas para atender as necessidades básicas e inerentes dos cidadãos do seu país.

A longa trajetória social e cultural que o país traz consigo, não é algo que se transformara de uma hora para a outra, o negro em diversas situações é marginalizado devido a sua cor, a sociedade ainda traz consigo um pensamento colonial e machista, vendo a mulher como um ser mais frágil para cuidar dos filhos e do lar, a situação está se modificando mais em um ritmo lento, mas a violência de gênero é existente até o presente.

Em Criciúma existe o conselho de direitos da mulher, uma das justificativas para a existência deste programa é que o Brasil ocupa o 07 (sétimo) lugar de mortes violentas as mulheres de 84 (oitenta e quatro) países, sendo estas assassinadas normalmente por seus companheiros ou ex-companheiros, Santa Catarina está entre os cinco estados a desenvolver um programa para articular entre os poderes sobre a violência as mulheres, este programa foi criado oficialmente em Santa Catarina em 2012 tendo como objetivo identificar as causas e prevenir a violência feita a mulher. (MULHER, 2015)

4.2 A luta contra o pensamento colonial, a história do primeiro movimento negro de Criciúma, a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Quando ocorreu a abolição o pensamento colonial não desapareceu como se nunca tivesse existido, os negros tiveram que fazer esforços para entrarem neste novo contexto social, como homens livres onde a discriminação pela cor era enraizada na sociedade, estes fizeram seus próprios espaços, como clubes e bailes festivos, pois suas posturas afro-descendentes foram reformuladas, estes adaptando-se e inovando ao meio que estavam ensejados, tantos anos como escravos sem poder expressar sua cultura, religiões tradicionais, acabaram reformulando ou criando novas ao longo da história.

Em 1988, no centenário da abolição da escravidão no Brasil, foi publicado o livro Negro em terra de branco, no qual os autores faziam uma importante advertência: “são extremamente raras, e quase sempre pouco convincentes, as publicações históricas e sociológicas que tratam da escravidão e das relações raciais em Santa Catarina”⁵. Naquele momento, os autores do livro tinham razão. No entanto, se era reduzido o número de pesquisas relacionadas à trajetória histórica do negro em Santa Catarina no período do cativo, o que dizer do período pós-abolição? Durante um longo espaço de tempo, os historiadores apreenderam o negro como sinônimo de escravo, de modo que a história das experiências e vivências específicas desse segmento populacional ficou circunscrita ao período do cativo. (DOMINGUES, 2011, pg.120)

O preconceito de cor perdurou por muito tempo no Brasil, a abolição só foi um meio para libertar os negros, mas políticas públicas eficazes para combater a discriminação e inserir o negro no mercado de trabalho não foram impostas na época, este preconceito de cor era manifestado diariamente, preservando aquele sistema colonial escravocrata de uma forma mais discreta, o negro não conseguia ter ascensão social em grande número, e o governo permanecia inerte a respeito disto.

Deste modo, surgiu o movimento negro que é um dentro vários outros movimentos sociais existentes no Brasil, tendo uma grande visibilidade nos últimos anos por causa das suas conquistas ao longo desta trajetória, requerendo sempre mais políticas afirmativas para os negros, é um movimento que busca sua construção de identidade e combate à discriminação racial.

O primeiro movimento social com objetivo de discutir a situação dos negros surgiu em Criciúma em 1970, neste período o país estava sob o domínio da ditadura militar, sendo que o PIB crescia 10% ao ano vivendo o “milagre econômico”, no entanto a população de origem africana pouco se beneficiava deste crescimento em comparação aos brancos, com estes fatores. O casal Vilson Lalau e Maria Martins Clotildes Lalau, estes afros descendentes criam em sua própria casa ou na Sociedade Recreativa da União Operária, dependendo do número de participantes presentes, reuniões para se discutir periodicamente o que se compreende da “cultura negra” e “africana”. Nesses encontros estudavam diversas manifestações culturais africanas e afro-brasileiras ocorridas pelo país. (KLAUSS, 2011, pg. 09)

O movimento social negro sempre esteve em busca desde o tempo pós-abolição pela educação dos negros, e em Criciúma este fato não foi diferente, o movimento se empenhou em proporcionar para a população negra desta cidade

acesso ao ensino, pois isto representa uma forma de ascensão social, sendo esta uma solução usada para divulgar o movimento negro.

A educação sempre foi considerada no movimento negro um meio de ascensão social, estes após a abolição reivindicavam do governo escolas e educação para a população negra, pois é através da educação que o ser humano prospera culturalmente, socialmente, e é visto por seus semelhantes com respeito e dignidade na sociedade em que vive.

Em sua trajetória como educadora Clotildes dedicou-se a formação das mulheres afrodescendentes, pois dava cursos para prepara-las para o exame admissional visando que as mesmas tornassem professoras normalistas e chegassem a fazer faculdade além do curso de magistério. Sempre argumentando que as mulheres, principalmente as afrodescendentes deveriam trabalhar fora, sobretudo em trabalhos que possibilitassem ascensão social. Seu empenho em promover aspectos culturais africanos e afro-brasileiros, buscar uma educação que discuta as relações étnico-raciais foi muito intenso [...] (KLAUSS, 2011, pg. 06)

A luta contra o preconceito de cor ou o racismo não é somente uma herança da escravidão, pois este vem de diversos motivos infundados. O racismo e os conflitos raciais não desapareceram com o fim da escravidão, pelo contrário já foi ajustado e reajustado para se adaptar as épocas da sociedade em que ele se encontra, sempre assumindo novos papéis, vertentes e aparências dentro do novo contexto social em que ele se encontra. A sociedade moderna não conseguiu extinguir esta mazela do sistema social em relação à discriminação em face da cor da pele. Os grupos influentes não abrem mão de seus privilégios para aceitar de bom grado um novo meio social mais justo em decorrência dos preceitos democráticos

O movimento negro de criciúma pode ser visto como experiências de inúmeros antecessores, na busca por direitos iguais entre brancos e negros no país. As inúmeras experiências sociais que os negros enfrentaram fizeram eles se agruparem em comunidades como um meio de defesa da discriminação social, realizando festas étnicas para estes conhecerem mais a respeito de suas origens e isto também ocorreu em Criciúma.

Para a realização da Festa da Etnia Negra, a esposa de Vilson Lalau, Clotildes Lalau, viajou para os estados do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo com a finalidade de conhecer melhor os costumes dos/as afrodescendentes nessas regiões, especialmente a culinária, já que ela cozinhava pratos típicos em eventos e encontros do Movimento Negro.

Quando retornava dessas viagens compartilhava com a comunidade afrodescendente os conhecimentos adquiridos. [...]. Esses intercâmbios culturais aliados a posição de destaque que os dois tinham no cenário de Criciúma – os mesmos foram professores e posteriormente diretores de escolas ele no CIS e ela na direção da Escola de Ensino Básico Joaquim Ramos - contribuíram para que ambos mudassem a maneira de se vestir. Vilson sempre usava terno e gravata em todas as aparições públicas. De acordo com sua filha Normélia, até mesmo em casa costumava vestir social, usando trajes despojados apenas quando ia à praia. Já Clotildes passou a usar túnicas e turbantes, sendo famosa na cidade pelos seus turbantes. (KLAUSS, 2011, pg. 09)

As festas étnicas ocorriam na Sociedade Recreativa União Operária, clube que nasceu em 1937 e foi ao longo do tempo se constituindo um território autônomo de sociabilidade, cultura e lazer a s pessoas negras de Criciúma. No início as atividades desenvolvidas se restringiam a festas, bailes, futebol e ao carteadado, um tempo depois ele finalmente se transformou em um espaço social, em defesa da cidadania, com palestras, ações educativas e eventos artístico-culturais. (DOMINGUES, 2011, pg.194)

A luta por defesa da cidadania é algo já histórico entre os negros brasileiros, pois estes desde a abolição vêm fazendo reivindicações para a população negra, já que praticas racistas eram vistas no cotidiano como atitudes comuns, e foi com a Constituição Federal de 1988 que proibiu a pratica de racismo ser algo natural, impondo este feito como uma pratica criminosa, conforme artigo 5º, inciso XLII.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

A Constituição da República Federativa do Brasil é um documento formal e escrito, foi uma constituição promulgada para representar todos da população brasileira, e criar um estado democrático, assegurando os direitos sociais das pessoas individualmente, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, sendo uma obra resultante de diversas ideias onde se misturam sinceros desejos

democráticos, novos ideais progressistas e velhos costumes centralizadores. (Federal, 1988)

Com o surgimento da Constituição, o movimento negro ganhou mais força na luta contra a discriminação racial, no entanto isto não vai mudar uma mentalidade arraigada profundamente na história do país que é o preconceito de cor, que rotula e marginaliza o ser negro muitas vezes em atitudes cordiais no nosso dia a dia, o movimento negro veem em busca de direitos efetivos para a população negra, no entanto em uma sociedade machista até o cerne, a voz da mulher fica apagada entre as vozes masculinas sendo assim desde a criação da sociedade, pois esta é vista como o sexo mais frágil de uma relação entre homem e mulher.

4.3. Do movimento negro ao feminismo negro em Criciúma

No Brasil por muito tempo se preocupou em como clarear a população, tendo em vista que por muitos anos vigorou o sistema escravagista, o governo não se preocupava de que forma os negros iriam se desenvolver na sociedade pós-escravocrata, e desenvolvia meios de trazer imigrantes europeus para povoar esta terra enquanto os negros eram marginalizados devido a sua cor.

A região de Criciúma imigrou os italianos, a história nos traz eles como os primeiros colonizadores desta terra, os nativos que aqui habitavam como os índios eram empecilhos que estavam simplesmente retardando o progresso do país, e dificultando a vida dos colonizadores, as políticas branqueadoras e excludentes foram amplamente aplicadas no sul catarinense também, os negros que já aqui habitavam sendo eles pobres com alforrias ou fugitivos, não foram citados nos itinerários da história Criciumense.

No entanto, do mesmo modo que ocorreu a resistência quilombola as condições impostas no sistema escravocrata, a população negra, vive se recriando e criando meios no cotidiano de estratégias para a resistências de sua invisibilidade no meio social, pois carrega consigo uma cultura de luta e resistência sempre construindo alicerces de sua presença na região e no país.

As ideias socialmente construídas ao longo da história brasileira muitas vezes dá estereótipos e é pré-conceitual a alguns grupos e gêneros, reproduzem a desigualdade entre eles inclusive a desigualdade de gênero, uma questão que está muito debate na atualidade, questão esta, que para muitas mulheres o jeito é lutar

contra esta dissimulação sutil de desigualdade aplicada na desigualdade em função do sexo, no cotidiano é fazendo o movimento social ou feminismo que as mulheres lutam por tratamentos iguais aos dos homens, no entanto, se sabe que nem todas as mulheres conseguem se ver como iguais, com isto, se existe o movimento social da mulher negra, ou o feminismo negro.

A região de Criciúma ganhou uma ONG de mulheres negras professora Maura Martins Vicência – MUNMVI. Foi só recentemente, esta que foi oficializada e regularizada por lei no mês de abril do ano de 2017, quem presidiu os trabalhos foi Karlis Rejane Fernandes da Silva como secretária, indicada pela presidente da ONG Sra. Maria Estela Costa da Silva.

O intuito que a ONG busca conforme seu estatuto “Art. 4º - A Organização Não Governamental de Mulheres Negras Professora Maura Martins Vicência tem por finalidade congregar mulheres para a promoção do respeito a direitos e a visibilidade das mulheres negras na sociedade civil através de apoio, desenvolvimento de ações para elevação e manutenção da qualidade de vida das mulheres negras e sua descendência”. (ESTATUTO MUNMVI, 2017).

A Organização Não Governamental de Mulheres Negras Professora Maura Martins Vicência, traz em seu nome o nome da senhora Maura Martins Vicência, que recebeu o Título Honorífico de Cidadã Honorária em Criciúma, pelos relevantes serviços prestados ao município. “Começou a lecionar (em regime de substituição), no grupo escolar “Mavá” com apenas 13 anos de idade. Iniciou sua carreira no Magistério por concurso, no grupo escolar “Tereza Martins Brito” em Capivari de Baixo. Mais tarde mudou-se para Criciúma para trabalhar no grupo escolar Coelho Neto, no bairro Santa Bárbara. Formou-se no ano de 1974 na faculdade FUCRI em Física e Matemática. Em 1979 quando dava aulas de matemática e física no 2º grau do STS – Sebastião Toledo dos Santos, foi escolhida pela Câmara de Vereadores da época para fazer parte da Comissão Central do Centenário de Criciúma, pela Etnia Negra. Além desta história toda, participava das ações do seu bairro, atividades religiosas, obras sociais e sempre envolvida na educação”. Ela lutou contra a discriminação de raças, como cidadã fortaleceu o papel social de diferentes culturas, religiões e orientação sexual, com o fim de promover a igualdade racial e reduzir os mecanismos de opressão. (CÂMARA MUNICIPAL, 2010)

Na época atual é utilizado por muitas mulheres negras, sites, blogs, redes sociais, na luta contra a desigualdade de gênero, está trabalhando para

modificar a realidade e apresentar novas representações da mulher negra no meio social, especificando suas demandas femininas, tendo um papel mais ativo “Com a Palavra à senhora presidente enfatizou a necessidade de se constituir uma Organização Não Governamental capaz de aglutinar forças e representar as aspirações das presentes junto ao poder público, à iniciativa privada, terceiro setor e sociedade civil organizada em prol da promoção do respeito a direitos e a visibilidade das mulheres negras na sociedade civil através de apoio, desenvolvimento de ações para elevação e manutenção da qualidade de vida das mulheres negras e seus descendentes”. (ATA MUNMVI, 2017).

A necessidade das mulheres negras de estabelecer “novos territórios e auto representações de si próprias às levou a afirmar e reafirmar as diferenças étnicas e a denunciar a existência do racismo na sociedade brasileira” (LEMOS 1997, pg. 123).

A ONG é muito recente, mas sua força de vontade e os motivos de seu surgimento posto pela presidente é algo incrível, visto que o movimento feminista negro é necessário para as mulheres terem mais voz na sociedade, sendo uma luta contínua para nivelar o seu lugar como mulher negra na mídia, no espaço de mercado, na luta contra a violência sexual, esta luta é contínua, porque as mulheres negras nem sequer conseguiram conquistar ainda igualdade quando comparadas a outras do seu mesmo gênero.

6 CONCLUSÃO

A mulher negra sofre uma dupla opressão em uma sociedade machista, em que a voz predominante ainda é a branca, sua opressão como mulher negra não é superior ao da mulher branca ou mais importante, porém a mulher negra carrega outras questões que não atingem diretamente a mulher branca. Os primeiros movimentos feministas não viam a necessidade de observarem a etnia e a classe social, pois mulheres negras eram as subalternas na época, no entanto até hoje esta mulher não se encontra representada nos movimentos feministas sociais hegemônicos, precisando necessariamente fazer seu próprio movimento organizado.

As militantes feministas não lutam pela construção de um padrão onde o feminismo é superior ao masculino, elas buscam a igualdade de gênero através da superação da dominação masculina que prevalece em nossa sociedade, isto é nos mostrado em nossos dias, com a violência contra a mulher no mercado de trabalho, com média salarial inferior aos dos homens exercendo a mesma profissão, e a vulnerabilidade que a mulher negra é exposta as mais diversas situações no seu cotidiano, coisas que para muitos soa normal e corriqueiro em uma sociedade que demonstra a ausência de um olhar étnico-racial no movimento feminista, a falta de um olhar que pode demonstrar novas formas de compreensão sobre as suas lutas contra a discriminação, por ser mulher e negra.

Por muito tempo devido a existência do sistema patriarcal, permitiu que homens ditassem sobre a vida das mulheres, e a sociedade impusesse a conduta que uma boa dona de casa tinha que seguir, estes homens que possuíam o poder de determinar a conduta das categorias sociais e nomeá-las, recebiam a autorização e a tolerância da sociedade para punir e julgar moralmente o que se apresentasse como desvio do padrão nomeado como correto, assim nota-se que é evidente que grande parte do poder de ditar sobre condutas, encontra-se enraizado nas mãos dos homens.

Este tipo de pensamento vem desde o período colonial, e a desigualdade de gênero era algo naturalmente aceito, no entanto, as mulheres se rebelaram com isto, as mulheres negras com o tempo também quiseram ter as suas reivindicações, pois as demandas sociais são outras para estas mulheres, esse feminismo negro significa também um processo de reeducação, ruptura com uma história de submissão e redescobrimto do seu valor como mulher apta e igual a todos os outros.

O patriarcalismo foi predominante e as mulheres não tinham o direito à voz, o machismo era aceito e normal, junto com a existência do racismo para o negro, é evidente que a sociedade brasileira passou por grandes transformações ao longo de sua trajetória, mas ainda em muitos lugares o homem ainda tem a última palavra e o machismo e o racismo é perceptível, com isto é necessário dialogar sobre a situação das mulheres negras, a mulher se volta para o Movimento Feminista como uma forma de se armar e se defender. “Se a mulher branca, por sofrer machismo, já está numa situação de desvantagem em relação ao homem branco, a mulher negra, aliada ao racismo, está numa situação muito pior”. (RIBEIRO, 2016)

Em uma sociedade onde o gênero é utilizado para suprir muitos direitos, e o preconceito encoberto é muito fácil e eficiente de discriminar as pessoas de cor. Há uma grande necessidade de mulheres negras irem pessoalmente fazer seus atos militantes, pois é para terem mais visibilidade e representatividade, um dos grandes meios é a internet, onde são discutidas estas questões que a mídia tradicional não vai debater, é possível ter um lugar onde passam a existir e debater sobre estes temas, um dos grandes tópicos atuais é o empoderamento da mulher negra. “O empoderamento seja através dos debates, das roupas e do cabelo dos movimentos negro e feminista é resultado de um "trabalho histórico, que vai ganhando mais resultado à medida que as pessoas vão adquirindo mais consciência". (RIBEIRO, 2016).

Os racistas atualmente estão mais sofisticados e sabem usar os meios que dispõem para incentivar o racismo através das redes sociais ou a internet, espalhando suas propagandas e comentários de ódios contra os negros, a população tem que se conscientizar e declarar não ao racismo, publicações assim estão sujeitas a serem punido os seus atores conforme a [LEI Nº 9.459, DE 13 DE MAIO DE 1997.](#)

"Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Pena: reclusão de um a três anos e multa.

[...]

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no **caput** é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza:

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

O feminismo negro é motivado pela luta contra o racismo e a falta de igualdade entre ambos os sexos, luta assim por mais representatividade, mais visibilidade na sociedade, pois ao esquecer os direitos que as mulheres negras têm, este está se esquecendo de uma boa parcela das cidadãs, através da internet e redes sociais se está divulgando e expondo mais esta luta, atraindo uma maior atenção às questões raciais e de gênero.

É preciso entender como o racismo está relacionado com a vida econômica, com a vida política, com a vida cultural, com as narrativas jurídicas, com a forma como as pessoas raciocinam. É preciso compreender que a população negra possui uma diversidade econômica, intelectual, sexual e religiosa. Isso significa que os diferentes segmentos experimentam o racismo de forma distinta. A experiência social de homens negros não é a mesma que a das mulheres negros, negros ricos não vivem da mesma forma que negros pobres, homossexuais negros têm vidas bem diferentes de heterossexuais negros. Esse é o motivo pelo qual esses grupos apresentam demandas de direitos específicas. Esse é o motivo pelo qual precisamos escutar o que as mulheres negras falam. Isso é uma condição essencial para a melhoria das condições de vida da população negra. Aqueles e aquelas que estão dispostas a participar de qualquer forma de debate público sobre o racismo devem saber também como ele opera. Reduzir o racismo a um problema individual é a mais antiga estratégia de dominação racial adotada no nosso país. É preciso reconhecer a dimensão sistêmica e institucional do racismo. Jamais iremos a lugar algum sem isso. (MOREIRA, 2018, pg. 03)

A luta da mulher negra contra o racismo e a desigualdade, finalmente nos anais da história foi reconhecido como o dia 25 de julho, este que se tornou o dia contra o racismo e a opressão de raça e gênero. Para as mulheres negras este dia representa as conquistas e também é um momento para mostrar a resistência da mulher negra. Ter uma data que comemore e de visibilidade para estas mulheres na luta contra o racismo é uma conquista, um primeiro passo para a valorização e reconhecimento das demandas dessas que representam 52% da população feminina do Brasil. (MAHIN; BAHIA, 2014)

Conclui-se que falar sobre a mulher na visão negra é uma luta devido aos fatos históricos, o desafio deste trabalho foi suscitar reflexões sobre a questão da

mulher negra que no seu cotidiano luta contra a discriminação racial e desigualdade de gênero, que envolve muitas vezes a raça e a etnia, estas mulheres que buscam sempre por melhores posições sociais.

O feminismo negro é um movimento social realizado por mulheres negras, com o intuito de promover e viabilizar as suas pautas reivindicando direitos. No movimento negro existe sua face sexista, o gênero é um opressor da autonomia feminina e impediu que as militantes feministas tivessem lugares iguais aos homens nestes movimentos. E nos movimentos feministas as suas demandas não eram escutadas, as discussões privilegiavam somente as mulheres brancas, pois estas tinham a voz, as negras não tinham, isto demonstra uma face racista quando não quer se debater sobre os problemas raciais que existe na sociedade.

O feminismo branco no seu início limitava a ótica de mulheres de boas condições financeiras que tinham acesso à educação e estavam cansadas de serem donas do lar, o feminismo que foi considerado por muitos como hegemônico não conseguiu reconhecer as pautas das ativistas negras, neste movimento não existiam representações significativas de mulheres negras como modelos, nas quais as mulheres negras se espelhassem, mas não era por falta de mulheres atuantes e sim pela invisibilidade que este movimento provocava nelas, o nome de pessoas inspiradoras nestas lutas para as negras eram quase invisíveis.

Até os dias atuais a luta das militantes negras é contínua, para poderem nivelar o seu lugar próximo as mulheres brancas e superar esta desigualdade de gênero que existe na sociedade. As mulheres negras na mídia, no mercado de trabalho e muitos outros espaços que as mulheres brancas já conquistaram, as negras ainda não, sendo preocupante quando estas não alcançaram o mesmo espaço que outras pessoas do seu mesmo gênero já alcançaram.

A constante luta por uma vida melhor vem de todas as esferas de suas trajetórias com o intuito de transformar o seu destino. Lutas que devem ser adequadas para poderem se transformar em políticas públicas, a qual o estado faça valer os seus direitos constitucionais, levando em consideração as especificidades da população e principalmente das mulheres negras.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, G. **Negros e brancos em São Paulo: 1888-1988**. São Paulo: Edusp, 1998.

ALVES, Zélia Maria Mendes Biasoli. **Continuidades e Rupturas no Papel da Mulher Brasileira no Século XX**. Psicologia.: Teoria e Pesquisa. vol.16 no.3 Brasília Sept./Dec. 2000

ARAÚJO, Renato. **ZUMBI DOS PALMARES**. Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/docs/defaultsource/publica%C3%A7%C3%B5es/-nbsp-arquivo-em-pdf.pdf>. Acesso: 01 jun. 2018.

ARRAES, Jarid. **As necessidades das mulheres negras são muito peculiares e sem que seja feita uma profunda análise do racismo brasileiro, é impossível atender às urgências do grupo**. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/digital/135/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria/>. Acesso em: 01 jun. 2018.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 383-398

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **A recusa da "raça": anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830**. Horizontes Antropológicos. vol.11 no.24 Porto Alegre July/Dec. 2005

BASTIDE, Roger. **Manifestações do preconceito de cor**. In: BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. **Branco e negro em São Paulo: ensaio sociológico**

sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade brasileira. São Paulo: Global, 2008, pg. 155

BASTOS, Aurélio Wander. **A LEI ÁUREA, 130 ANOS DEPOIS.** JORNAL DO BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.JB.COM.BR/ARTIGO/NOTICIAS/2018/05/13/A-LEI-AUREA-130-ANOS-DEPOIS](http://www.jb.com.br/artigo/noticias/2018/05/13/a-lei-aurea-130-anos-depois). ACESSO EM: 01 jun. 2018

BRASIL. **DECRETO DE LEI Nº 4.121, DE 27 DE AGOSTO DE 1962 ESTATUTO DA MULHER CASADA.** DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW2.CAMARA.LEG.BR/LEGIN/FED/LEI/1960-1969/LEI-4121-27-AGOSTO-1962-353846-PUBLICACAOORIGINAL-1-PL.HTML](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4121-27-agosto-1962-353846-publicacaooriginal-1-pl.html)

BELOLLI, MÁRIO; QUADROS, JOICE; GUIDI, ZAYSER. **HISTÓRIA DO CARVÃO DE SANTA CATARINA. IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA.** 2002. 300 P. IL.

BOLSANELLO, Maria Augusta. **DARWINISMO SOCIAL, EUGENIA E RACISMO “CIENTIFICO”:** SUA REPERCUSSÃO NA SOCIEDADE E NA EDUCAÇÃO BRASILEIRAS. EDUCAR, CURITIBA, N. 12, PG. 153-165, 1996. EDITORA DA UFPR

CARIJÓ, Filipe; SCHMIDT, André; MONTEIRO, Gabriel Gouvêa; PADILHA, Karina; ALMEIDA, Maria Clara de; STAROSKY, Miriam; KAUFFMAN, Nira; MACHADO, Renata; Ferreira, Arthur Arruda Leal. **ENTRE A AUTONOMIA E O CONTROLE: O SURGIMENTO DO INDIVÍDUO COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE DOS SABERES E PRÁTICAS PSICOLÓGICOS.** Revista de Psicologia, v. 20 – n. 1, p. 337-338, Jan./Jun. 2008

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento.** Estudos avançados. vol.17 no.49 São Paulo Sept./Dec. 2003

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. **O FEMINISMO NO BRASIL: REFLEXÕES TEÓRICAS E PERSPECTIVAS**. Visual Editora e Gráfica Rápida LTDA. Brasil, pg.390, 2007.

CRENSHAW, kimber. **DOCUMENTO PARA O ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL RELATIVOS AO G NERO**. ESTUDOS FEMINISTAS 1/2002

CRISCIÚMA, CÂMARA MUNICIPAL DO PODER LEGISLATIVO DE. **CRONOLOGIA HISTÓRICA CRICIUMENSE**. DISPONÍVEL EM:
[HTTPS://WWW.CAMARACRICIUMA.SC.GOV.BR/HISTORIA-CRICIUMA-VER/CRONOLOGIA-HISTORICA-CRICIUMENSE-7](https://www.camaraCriciuma.sc.gov.br/historia-criciuma-ver/cronologia-historica-criciumense-7). ACESSO EM 01 JUN. 2018.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. **Feminismo negro: raça, eminismo negro: raça, eminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993) no Brasil (1975-1993) no Brasil (1975-1993)**. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012

DAVIS, Angela. **Experiências das mulheres na escravidão, pós-abolição e racismo no feminismo em Angela Davis**.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; CLICK, Thomas. **A RECEPÇÃO DO DARWINISMO NO BRASIL**. RIO DE JANEIRO: EDITORA FIOCRUZ, 2003, PG.189. ISBN 978-85-7541-496

DOMINGUES, Petrônio. **Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica**. Revista Brasileira de Educação. no.29 Rio de Janeiro May/Aug. 2005

DOMINGUES, Petrônio. **Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil.** 2006, n.28, pg.345-374. ISSN 0104-8333.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Niterói, Tempo, vol.12 no.23, 2007

DOMINGUES, Petrônio. **“Um desejo infinito de vencer”:** o protagonismo negro no pós-abolição. Topoi, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 118-139

FEDERAL 1988, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 01 jun.2018.

FREZZATTI JÚNIOR, Wilson Antonio. **A CONSTRUÇÃO DA OPOSIÇÃO ENTRE LAMARCK E DARWIN E A VINCULAÇÃO DE NIETZSCHE AO EUGENISMO.** SCIENTLE STUDIA, SÃO PAULO, V. 9, N. 4, P. 791-820, 2011

FONTOURA, Maria Conceição Lopes. **A PRODUÇÃO ESCRITA DAS MULHERES NEGRAS.** Estudos Feministas, Florianópolis, 12(N.E.): 131-141, setembro-dezembro/2004

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Beatriz Gonçalves e. **Movimento negro e educação.** Leis do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1871, pg. 147-149. Set/Out/Nov/Dez 2000

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **COR E RAÇA: RAÇA, COR E OUTROS CONCEITOS ANALÍTICOS.** SALVADOR: EDUFBA, 2008, PG. 63-82. ISBN 978-85-232-1225-4

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **PRECONCEITO DE COR E RACISMO NO BRASIL**. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2004, V. 47 Nº 1, PG. 09-43

GOMES, Nilma Lino. **MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO: RESSIGNIFICANDO E POLITIZANDO A RAÇA**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, pg. 727-744, jul. -set. 2011

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes**. Volume 10 – Nº 18 – abril de 2011

HASENBALG, C. A.; SILVA, N. V. **RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**. RIO DE JANEIRO: RIO FUNDO EDITORA, 1992.

HENRIQUES, Cibele da Silva. **Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior**. O Social em Questão. Ano XX nº 37, pg. 153-172 - Jan a Abr/2017

IANNI, O. **PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL**. BAURU, SÃO PAULO: EDUSC, 2004.

HOOKS, Bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Rev. Bras. Ciênc. Polít. no.16 Brasília Jan./Apr. 2015

JARDIM PINTO, Céli Regina. **DOSSIÊ TEORIA POLÍTICA FEMINISTA**. Revista de Sociologia e Política. vol.18 no.36 Curitiba Junho 2010

KRAUSS, JULIANA DE SOUZA. **CLOTILDES LALAU: A PRESENÇA FEMININA NO MOVIMENTO NEGRO DE CRICIÚMA/SC A PARTIR DA TRAJETÓRIA DA MILITANTE**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

LIMA, Fernanda da Silva. **OS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NEGROS À LUZ DA PROTEÇÃO INTEGRAL:**

LIMITES E PERSPECTIVAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GARANTIA DE IGUALDADE RACIAL NO BRASIL. Florianópolis, SC, 2015. 1 v.; pg. 337.

LÓPEZ, Laura Cecilia. **O CONCEITO DE RACISMO INSTITUCIONAL.** INTERFACE COMUNICAÇÃO, SAÚDE, EDUCAÇÃO, V.16, N.40, PG.121-134, JAN./MAR. 2012

MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. **Tempos de racialização: o caso da 'saúde da população negra' no Brasil.** Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.12 no.2 Rio de Janeiro May/Aug. 2005

MAHIN, NALUI; BAHIA, SILVANA. **ENTRE A VISIBILIDADE E A INVISIBILIDADE: UM OLHAR SOBRE A RESISTÊNCIA DA MULHER NEGRA CONTEMPORÂNEA. 2014.** DISPONIVEL EM: [HTTPS://WWW.GELEDES.ORG.BR/ENTRE-VISIBILIDADE-E-INVISIBILIDADE-UM-OLHAR-SOBRE-RESISTENCIA-DA-MULHER-NEGRA-CONTEMPORANEA/](https://www.geledes.org.br/entre-visibilidade-e-invisibilidade-um-olhar-sobre-resistencia-da-mulher-negra-contemporanea/). ACESSO EM: 01 JUN. 2018.

MATOS, Marlise. **DOSSIÊ TEORIA POLÍTICA FEMINISTA. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global.** Revista de Sociologia e Política. vol.18 no.36 Curitiba June 2010

MARANHÃO, Luiza. **FEMINISMO: UMA QUESTÃO POLÍTICA.** Revista Brasil Socialista, maio 1978, p. 73.

MILANEZ, Pedro. **Fundamentos Históricos de Criciúma.** Florianópolis: ed. Do autor, 1991, pg. 312.

MOREIRA, Adilson José. **Sobre Feministas Negras e Solidariedade Racial.** Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2018/02/05/sobre-feministas-negras-e-solidariedade-racial-2/>. Acesso em: 01 jun. 2018.

MULHER, Coordenadoria estadual da. **Bancada Feminina, ONU e Secretaria Nacional de Mulheres avaliam feminicídio no Brasil. 2018.** Disponível em: http://www.cem.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=160&Itemid=1&lang=.

Acesso em: 01 jun. 2018.

MUNANGA, K. **O NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: RESISTÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO.** BRASÍLIA: FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2004.

MUNMVI. **MULHERES NEGRAS PROFESSORA MAURA MARTINS VICÊNCIA.** Ata assem. 2017. (mimeo)

MONTERO, Paula. **MULTICULTURALISMO, IDENTIDADES DISCURSIVAS E ESPAÇO PÚBLICO.** Sociol. Antropol. vol.2 no.4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2012

NASPOLINI FILHO, Archimedes. **De Cresciúma a Criciúma: 1880- 1960.** Criciúma: ed. do autor, 2008

NEVES, Paulo Sérgio da C. **LUTA ANTI-RACISTA: entre reconhecimento e redistribuição.** REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 20 Nº. 59, outubro 2005

NOGUEIRA, José Manuel Freire. **A crise de 1807/1808 Algumas reflexões de estratégia.** Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão [online]. 2009, vol.8, n.1, pp.89-99. ISSN 1645-4464.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. **Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres.** Revista Estudos Feministas. vol.20 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2012

PEREIRA, Marcos Emanuel; ÁLVARO, José Luis; DANTAS, Andréia c. Oliveira Gilcimar s. **ESTEREÓTIPOS E ESSENCIALIZAÇÃO DE BRANCOS E NEGROS: UM ESTUDO COMPARATIVO.** PSICOLOGIA E SOCIEDADE, VOL.23, N.1, PG.144-153. ISSN 0102-7182. 2011.

PEREIRA, Márcia; SILVA, Moreira Maurício. **PERCURSO DA LEI 10639/03: ANTECEDENTES E DESDOBRAMENTOS.** Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/download/23810/14010>. Acesso em: 01 jun. 2018

POCHMANN, Marcio. **CAPITALISMO E DESENVOLVIMENTO.** PONTA GROSSA: EDITORA UEPG, 2016, PG. 16-64. ISBN 978-85-7798-216-5

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: Clacso, 2005. pg. 227-278.

RIBEIRO, Djamila. **A LUTA DE DJAMILA RIBEIRO.** DISPONÍVEL EM: <HTTPS://REVISTATRIP.UOL.COM.BR/TPM/A-LUTA-DE-DJAMILA-RIBEIRO>. ACESSO EM: 01 JUN. 2018

RIBEIRO, Djamila. **O FEMINISMO NEGRO NO BRASIL: UM PAPO COM DJAMILA RIBEIRO, 2015.** DISPONIVEL EM: <HTTP://WWW.AFREAKA.COM.BR/NOTAS/O-FEMINISMO-NEGRO-BRASIL-UM-PAPO-COM-DJAMILA-RIBEIRO/>. ACESSO EM: 01 JUN. 2018

RIBEIRO, Matilde. **O feminismo em novas rotas e O feminismo em novas rotas e visões.** 2016. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(3): 272, setembro-dezembro/2006

RIBEIRO, Vera; SANSONE, Lívio. **O local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2003, pg. 140-163.

RIOS, Flavia. **O protesto negro no brasil contemporâneo (1978-2010).** *Lua Nova*, São Paulo, 85: pg. 41-79, 2012

RODRIGUES PINTO, Simone Martins. **Justiça Transicional na África do Sul: Restaurando o Passado, Construindo o Futuro.** Rio de Janeiro, vol. 29, no 2, pg. 393-421, julho/dezembro 2007.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. **MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS: TRAJETÓRIA POLÍTICA, PRÁTICAS MOBILIZATÓRIAS E ARTICULAÇÕES COM O ESTADO BRASILEIRO.** *Psicologia e sociedade*, 2010, vol.22, n.3, pp.445-456. ISSN 0102-7182.

SANTOS, Joel Rufino dos, **“Movimento negro e crise brasileira”, Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras**, Brasília, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994, pg. 157.

SANTOS, Marco Aurélio. **Lutas políticas, abolicionismo e a desagregação da ordem escravista: DOI Bananal, 1878-1888.** Almanack. Guarulhos, n.11, p.749-773, dezembro de 2015

SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa E. **RACISMO CIENTÍFICO NO BRASIL: UM RETRATO RACIAL DO BRASIL PÓS-ESCRAVATURA.** EDUCAR EM REVISTA, CURITIBA, BRASIL, V. 34, N. 68, PG. 253-268, MAR./ABR. 2018.

SANTOS, Ineildes Calheiro dos; OLIVEIRA, Eduardo. **Experiências das mulheres na escravidão, pós-abolição e racismo no feminismo em Angela Davis.** Revista Estudo Feministas, vol. 26, no. 1, 2018.

SILVA, Claudilene; SANTIAGO, Eliete. **História e cultura afro-brasileira: uma política curricular de afirmação da população negra no Brasil.** Educação Vol. XXV, N° 48, pg. 53-66, março 2016 / ISSN 1019-9403

SILVA, Thiago Dantas da; SANTOS, Maíra rodrigues dos. **A ABOLIÇÃO E A MANUTENÇÃO DAS INJUSTIÇAS: A LUTA DOS NEGROS NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA.** CADERNOS IMBONDEIRO. JOÃO PESSOA, V.2, N.1, 2012.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **AÇÃO AFIRMATIVA E O COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL NO BRASIL**. Cadernos de Pesquisa da UFSCar, n. 117, p. 219-246, novembro. 2002

SCHUCMAN, Lia Vainer. **RACISMO E ANTIRRACISMO: A CATEGORIA RAÇA EM QUESTÃO**. PSICOLOGIA POLÍTICA. VOL. 10. Nº 19, pg. 41-55. JAN. – jun. 2010

SKIDMORE, T. **PRETO NO BRANCO: RAÇA E NACIONALIDADE NO PENSAMENTO BRASILEIRO**. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 2012.

SOIHET, Rachel. **Condição Feminina e Formas de Violência. Mulheres Pobres e Ordem Urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: brasiliense, 1993.

THEODORO, M. **A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008, pg. 19-47.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho De. **A questão feminina: importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945)**. Cadernos Pagu, no.39 Campinas July/Dec. 2012